# Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2022

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# 1. Contexto operacional

A CCR S.A. ("CCR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "CCRO3".

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto para o abaixo descrito:

## • Compra de participação acionária - Barcas

Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia e sua controlada CPC de um lado e, de outro, a SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda. e suas afiliadas, Auto Viação 1001 Ltda., Rodomar Participações Ltda., Figueira Investimentos Ltda. e Riopar Participações S.A., celebraram contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual pactuaram, entre outras matérias, a alienação, pela SPTA, da totalidade das ações de emissão da Barcas de sua titularidade à CPC, que representavam 20%, bem como a cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Figueira e Riopar à CCR, em razão dos mútuos concedidos para financiar a operação deficitária da Barcas.

Em 15 de junho de 2022, após a satisfação das condições precedentes, a transação foi concluída e, como consequência, a CPC passou a deter 100% de participação no capital social da Barcas, que gerou perda no patrimônio líquido de R\$ 71.145. Adicionalmente, a Companhia passou a deter a totalidade dos direitos creditórios dos mútuos com a Barcas, que gerou ganho de R\$ 4.364, no patrimônio líquido.

Além disso, foi integralmente e definitivamente revertida em favor da CPC, por exoneração de qualquer eventual obrigação presente ou futura de transferir total ou parcialmente, a parte retida do preço de compra da aquisição inicial de 80% de participação acionária da Barcas, ocorrida em 2012, no montante de R\$ 49.516, contra o resultado do período.

#### Constituição de subsidiária integral - Four Trilhos

Em 14 de março de 2022, foi constituída a Four Trilhos Administração e Participações S.A. (Four Trilhos), subsidiária integral da ViaQuatro, com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

#### • Termos Aditivos nºs 5 e 6 - VLT Carioca

Em 29 de março de 2022, foram celebrados os Termos Aditivos nos 5 e 6 ao contrato de concessão, entre o VLT Carioca e o município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, tendo como interveniente-anuente, a CDURP (Poder Concedente).

O Termo Aditivo nº 5 teve por objeto a inclusão no escopo do contrato de concessão, das diretrizes para a transferência, do Poder Concedente para a concessionária, de implantação, operação e manutenção (i) do terminal de integração denominado Terminal Intermodal

Gentileza (TIG), situado no encontro da Rua Santos Lima com a Avenida Brasil, até a sua conexão com a Avenida Francisco Bicalho; e (ii) da extensão do sistema do VLT Carioca, desde a Rua do Equador, em frente a área de desembarque da Rodoviária Novo Rio, até a área do antigo Gasômetro, cruzando a Avenida Francisco Bicalho e o Canal do Mangue (Extensão VLT Carioca), onde será implantado o TIG, viabilizando a integração entre o BRT Transbrasil, o VLT Carioca e o sistema de ônibus alimentadores.

O Termo Aditivo nº 6 teve por objeto a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, através do encontro de ativos e passivos regulatórios, contemplando também o reperfilamento dos recebíveis junto ao Poder Concedente. O efeito no resultado antes dos impostos foi de R\$ 14.609.

# Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) – AutoBAn, ViaOeste e SPVias

Em 31 de março de 2022, foi celebrado o Acordo Definitivo entre as controladas indiretas, AutoBAn, SPVias e ViaOeste, e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretratável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da AutoBAn; e (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão da AutoBAn em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037, e (v) estabelecer que a ViaOeste assumirá a execução de novos investimentos.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

### • Termo Aditivo Modificativo nº 25/2022 - ViaOeste

Em 31 de março de 2022, foi celebrado Termo Aditivo e Modificativo nº 25/2022 ao contrato de concessão entre a ViaOeste e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP, onde a concessionária assumiu a execução de novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32, sendo que a concessionária foi reequilibrada financeiramente por meio da prorrogação do término da concessão em 380 dias, passando para 13 de fevereiro de 2024.

# • Participação societária na empresa MaaS Global

Em 20 de março de 2022, a controlada CIIS, juntamente com a Canadá Participações S.A., em conjunto detentoras de 100% do capital social da Toronto Desenvolvimento e Participações Ltda. (Quicko), de um lado, e, de outro, a empresa finlandesa MaaS Global Oy ("MaaS") celebraram instrumento contratual, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas, prevendo a aquisição, pela MaaS, da totalidade das ações da Quicko, mediante pagamento em espécie de ações da própria MaaS.

Com a conclusão da transação em 11 de abril de 2022, a CIIS deixou de deter participação direta no capital social da Quicko e passou a deter 17,1% das ações da MaaS, cujo reconhecimento inicial foi mensurado pelo montante equivalente à contraprestação transferida total de R\$ 15.430, dos quais R\$ 14.794 referente a aporte de capital em dinheiro e R\$ 636 referente ao investimento na Quicko.

# • Incorporação das empresas Infra SP e CIIS

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada proposta de incorporação da Infra SP e da CIIS pela Companhia, cujos valores de acervo líquido totalizavam R\$ 6.193.776 e R\$ 668.171, respectivamente. Consequentemente, os investimentos detidos por essas empresas foram incorporados na Companhia, sendo AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste, SPVias, Renovias e Inovap 5 advindos da incorporação da Infra SP, e VLT Carioca e SPCP advindos da incorporação da CIIS.

# • Alienação de participação acionária na TAS

Em 9 de maio de 2022, a CCR USA celebrou instrumento contratual, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas, com a AGI-CFI Acquisition Corp, controlada da Alliance Ground International, LLC (AGI), para alienação da totalidade de sua participação acionária no capital social da TAS, o que corresponde a 70% do capital social da investida.

Em 25 de julho de 2022, após a satisfação das condições suspensivas, a transação foi concluída com o recebimento de USD 118.395 mil, equivalente a R\$ 640.114 em 30 de setembro de 2022. Consequentemente, a Companhia registrou no resultado do período, ganho de R\$ 505.246 (R\$ 407.838 líquido de impostos) apurado pela diferença entre valor da venda e o valor contábil dos ativos líquidos da TAS.

# • Termo Aditivo e Modificativo nº 21/2022 e Termos de Retirratificação - Renovias

Em 7 de junho de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 21/2022 (TAM nº 21/2022) entre a Renovias e o Estado de São Paulo, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 136 dias, em favor da Renovias.

Em 18 de julho de 2022, foi celebrado o Termo de Retirratificação ao Termo Aditivo nº 21/2022 entre a Renovias e o Estado de São Paulo, resultando no reequilíbrio econômico-financeiro mediante extensão complementar de 346 dias no prazo do contrato de concessão.

Em 16 de setembro de 2022, foi celebrada a segunda Retirratificação ao Termo Aditivo nº 21/2022 entre a Renovias e o Estado de São Paulo, resultando no reequilíbrio econômico-financeiro mediante extensão complementar de 326 dias no prazo do contrato de concessão.

Considerando os três eventos, a extensão no prazo do contrato de concessão totalizou 808 dias e foi reconhecida como ativo intangível a valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado da controlada em conjunto no montante de R\$ 367.137 (sendo R\$ 56.569 advindo do TAM nº 21/2022, R\$ 159.578 advindo do Termo de Retificação ao TAM nº 21/2022 e R\$ 150.990 advindo do segundo Termo de Retirratificação ao TAM nº 21/2022), gerando um impacto líquido na equivalência patrimonial consolidada de R\$ 96.924.

#### • Termo Aditivo e Modificativo nº 22/2022 – Renovias

Em 22 de setembro de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 22/2022 entre a Renovias e o Estado de São Paulo, resultando no reequilíbrio econômico-financeiro mediante

extensão de 45 dias no prazo do contrato de concessão, cujo novo término passa a ser 13 de outubro de 2024, em função da assunção de novos investimentos pela Renovias.

# • Reajuste tarifário de 2022 – AutoBAn, SPVias, ViaOeste, RodoAnel Oeste e Renovias

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização temporária do valor vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1° de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pelas concessionárias AutoBAn, SPVias, ViaOeste, RodoAnel Oeste e Renovias.

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do processo ARTESP-PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, incluindo as concessionárias AutoBAn, SPVias, ViaOeste, RodoAnel Oeste e Renovias, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1° de julho de 2022.

Em 18 de agosto de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 02/2022, que tem como objetivo: (i) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência da decisão do Poder Concedente de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão; (ii) promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos de concessão; (iii) estabelecer a metodologia de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão, que dar-se-á mediante emprego de verbas do tesouro pelo Poder Concedente, por meio de pagamentos bimestrais às concessionárias; e (iv) consignar que o reajuste tarifário deverá ocorrer até 16 de dezembro de 2022.

# Alienação de participação da acionista AG Participações

Em 5 de julho de 2022, a AG Participações, acionista da Companhia, informou a celebração de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Itaúsa S.A. ("Itaúsa") e a Votorantim S.A. ("Votorantim"), por meio do qual a AG Participações acordou os termos e condições da alienação, à Itaúsa e à Votorantim, da totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, equivalente a 300.149.836 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, aproximadamente 14,86% do capital social da Companhia, estando a consumação da alienação de ações sujeita à verificação de determinadas condições suspensivas.

Em 12 de setembro de 2022, ocorreu a transferência da totalidade das ações de emissão da CCR de titularidade da AG Participações para a Itaúsa e a Votorantim, nos termos do "Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" celebrado em 5 de julho de 2022.

#### • Termo Aditivo e Modificativo nº 21/2022 - SPVias

Em 28 de julho de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo nº 21/2022 entre a SPVias e o Estado de São Paulo, resultando no reequilíbrio econômico-financeiro mediante extensão de 368 dias no prazo do contrato de concessão, cujo novo término passa a ser 21 de setembro de 2029, em função da assunção de novos investimentos pela SPVias.

# 2. Principais práticas contábeis

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pela mudança de política descrita abaixo, sobre a contabilização de transações relacionadas a reequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

# Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

# Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A Administração entendeu que uma melhor apresentação dos impactos econômicos destas transações deveriam ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, de modo a propiciar que os seus usuários pudessem ter uma melhor compreensão de seus reflexos.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

#### 3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

No contexto destas ITRs, "ViaMobilidade" ou "ViaMobilidade - L5/17" referem-se à Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e "Linhas 8 e 9" ou "ViaMobilidade - L8/9" referem-se à Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A..

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 4 de novembro de 2022, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 8 de novembro de 2022.

# 4. Determinação dos valores justos

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

# 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período de três e nove meses não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

# 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controla	dora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Caixa e bancos	313	67	364.636	394.121	
Aplicações financeiras Fundos de investimentos e CDB	1.621.828	851.692	5.938.039	4.199.479	
Total - Caixa e equivalentes de caixa	1.622.141	851.759	6.302.675	4.593.600	
	Controla	Controladora		lado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Circulante Aplicações financeiras					
Conta reserva Fundos de investimentos e CDB	2.837 398.450	2.193 14.237	64.202 2.357.189	98.787 1.087.018	
Total - Circulante	401.287	16.430	2.421.391	1.185.805	
Não Circulante Aplicações financeiras					
Conta reserva		<u> </u>	81.512	47.018	
Total - Não Circulante			81.512	47.018	
Total - Aplicações financeiras	401.287	16.430	2.502.903	1.232.823	

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,50% do CDI, equivalente a 11,17% a.a., em 30 de setembro de 2022 (102,98% do CDI, equivalente a 4,53% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

#### 7. Contas a receber - Consolidado

#### Contas a receber das operações

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Receitas aeroportuárias (a)	272.870	218.713
Receitas acessórias (b)	37.361	38.076
Receitas de pedágio (c)	531.422	381.073
Receitas aquaviárias (d)	1.546	50
Receitas metroviárias (f)	38.046	64.637
Receitas de serviços de fibra óptica (e)	31.382	12.339
	912.627	714.888
Provisão para perda esperada - contas a receber (g)	(27.003)	(24.474)
	885.624	690.414
Não Circulante		
Receitas acessórias (b)	-	96
Receitas de serviços de fibra óptica (e)	16.645	11.176
	16.645	11.272
Contas a receber	929.272	726.160
Provisão para perda esperada	(27.003)	(24.474)
Total - Contas a receber	902.269	701.686

#### Idade de Vencimentos dos Títulos

	30/09/2022	31/12/2021
Créditos a vencer	827.789	684.451
Créditos vencidos até 60 dias	28.554	9.590
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	45.926	7.645
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	11.373	8.568
Créditos vencidos há mais de 180 dias	15.630	15.906
	929.272	726.160

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguel de espaços e tarifa de estacionamentos;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (d) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias, detidas por intermédio do cartão RioCard;
- (e) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros pela Samm;
- (f) Créditos a receber da Companhia do Metropolitano de São Paulo, da SPTrans, da Companhia Metropolitana da Bahia e da RioCard, decorrentes de serviços prestados aos usuários das controladas ViaQuatro, ViaMobilidade, Metrô Bahia e do VLT Carioca, respectivamente; e

(g) Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia.

#### **Contas a receber dos Poderes Concedentes**

	31/12/2021	30/09/2022					
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	Saldo final
Circulante							
Aporte VLT Carioca (f)	-	-	(11.479) (11.479)	1.436 1.436	<b>77.706</b> 77.706	-	<b>67.663</b> 67.663
	402 =06	42.00		1.430		•	
Reequilíbrio ViaQuatro (i)	102.786 102.786	13.062 13.062	( <b>79.651</b> ) (79.651)	-	<b>70.568</b> 70.568	-	106.765 106.765
Contraprestação pecuniária fixa	236.727	27.804	(320.211)	2.328	631.686	(3.967)	574.367
VLT Carioca (f)		24.957	(123.678)	-	426.805	(4.707) (a)	323.377
Metrô Bahia (f)	236.727	2.847	(196.533)	2.328	204.881	740 (c)	250.990
Contraprestação pecuniária variável	2.913	44.494	(29.557)	-	10.684	-	28.534
VLT Carioca (f)		15.640	(997)	-	10.684	-	25.327
Metrô Bahia (f)	2.913	28.854	(28.560)	-	-	-	3.207
Mitigação de demanda	362.201	315.488	(537.782)	-	230.526	-	370.433
ViaQuatro (g)		86.622	(32.692)	-	-	-	53.930
Metrô Bahia (d)	330.796	-	(323.972)	-	230.526	-	237.350
ViaMobilidade (g)	31.405	104.339	(100.224)	-	-	-	35.520
Linhas 8 e 9 (g)	-	124.527	(80.894)	-	-	-	43.633
Bens reversíveis e indenizáveis		18.077	-	5.861	1.486.311	(294.412)	1.215.837
Barcas (e)		-	-	8.330	121.834	-	130.164
MSVia (h)	-	18.077	-	(2.469)	1.364.477	(294.412) (b)	1.085.673
Reajuste tarifário		149.623	(74.959)	-	-	-	74.664
AutoBAn (j)	-	80.836	(40.321)	-	-	-	40.515
ViaOeste (j)	-	33.949	(17.081)	-	-	-	16.868
RodoAnel Oeste (j)		10.297	(5.111)	-	-	-	5.186
SPVias (j)		24.541	(12.446)				12.095
	704.627	568.548	(1.053.639)	9.625	2.507.481	(298.379)	2.438.263
Não circulante							
Aporte	22.926	87.715	-	-	(100.336)	-	10.305
VLT Carioca (f)	22.926	87.715	-	-	(100.336)	-	10.305
Reequilíbrio	1.125.193	-	-	161.221	(70.568)	-	1.215.846
ViaQuatro (i)	1.125.193	-	-	161.221	(70.568)	-	1.215.846
Contraprestação pecuniária fixa	3.655.871	-		483.265	(581.851)	-	3.557.285
VLT Carioca (f)	1.691.004	-	-	211.278	(376.970)	-	1.525.312
Metrô Bahia (f)	1.964.867	-	-	271.987	(204.881)	-	2.031.973
Contraprestação pecuniária variável	37.889	-	-	-	(37.889)	-	-
VLT Carioca (f)	37.889	-	-	-	(37.889)	-	-
Mitigação de demanda	141.616	141.743	-	-	(230.526)	-	52.833
Metrô Bahia (d)	141.616	141.743	-	-	(230.526)	-	52.833
Bens reversíveis e indenizáveis	1.542.335	14.733	-	3.933	(1.486.311)	(74.690)	-
Barcas (e)	117.901	-	-	3.933	(121.834)	-	-
MSVia (h)	1.424.434	14.733			(1.364.477)	(74.690) (b)	
	6.525.830	244.191	<u>-</u>	648.419	(2.507.481)	(74.690)	4.836.269
Total geral	7.230.457	812.739	(1.053.639)	658.044		(373.069)	7.274.532

- (a) Efeito decorrente da formalização do Termo Aditivo nº 6 no VLT Carioca;
- (b) O montante de R\$ 369.102 refere-se a: (i) R\$ 11.576 pela estimativa de perda segundo a lei 13.448/2017; (ii) R\$ 121.355 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários calculado após a assinatura do Termo Aditivo nº 1; e (iii) R\$ 236.171 de saldo atualizado do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mencionado na nota explicativa 17, sendo: R\$ 237.713 advindo de transferência do passivo e R\$ 1.542 de redução por atualização monetária;
- (c) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do contrato de concessão do Metrô Bahia;
- (d) Refere-se a créditos do Metrô Bahia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo nº 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda;

O saldo de contas a receber pela mitigação de risco de demanda, em 30 de setembro de 2022, é de R\$ 290.183, dos quais R\$ 70.540 é relativo à parte incontroversa do 2° ano de operação plena (período de 1° de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021) já considerando a atualização monetária prevista no Termo Aditivo n° 8 ao contrato de concessão, R\$ 113.966 é relativo ao 3° ano de operação plena (período de 1° de março de 2021 a 28 de

fevereiro de 2022) e R\$ 105.677 é relativo aos sete primeiros meses de apuração do 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023);

Em relação ao 1º ano de operação plena, o Poder Concedente manifestou-se de maneira divergente ao previsto no contrato de concessão e entendeu que o valor devido seria de R\$ 83.881, os quais já foram liquidados integralmente, diferentemente do entendimento da concessionária e seus assessores legais, cujo montante seria de R\$ 194.273. O valor de R\$ 110.392 não foi reconhecido nas demonstrações financeiras por não atender aos critérios de reconhecimento de receita. A solução dessa controvérsia poderá ocorrer por meio de processo de arbitragem, onde a concessionária e o Poder Concedente estão envidando todos os esforços para a solução da questão;

Em relação aos anos 2º e 3º de operação plena, ainda que pagando o valor integral das parcelas devidas até o momento da emissão dessas informações trimestrais, o Poder Concedente manifestou seu entendimento acerca do compartilhamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 com a concessionária. Entretanto, isso diverge do relatório do Verificador Independente e, por se tratar de evento de força maior, não segurável, conforme previsto contratualmente, trata-se de risco imputável ao Poder Concedente;

- (e) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão da Barcas;
- (f) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
- (g) Refere-se ao saldo de receita de mitigação de demanda da ViaMobilidade, Linhas 8 e 9 e ViaQuatro, o qual é recebido ao longo do trimestre posterior;
- (h) Refere-se a indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da extinção antecipada da concessão da MSVia, conforme legislação e regulamentação aplicável; e
- (i) Refere-se ao reequilíbrio pelo atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU que será recebido através de adicional à tarifa de remuneração conforme Termo Aditivo nº 6.
- (j) Refere-se ao valor a receber do Poder Concedente em decorrência do não repasse do reajuste de tarifa de pedágio conforme o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 02/2022.

Por tratar-se de valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. Segue abaixo a segregação dos valores a serem recebidos por vencimento:

	30/09/2022	31/12/2021
G (1)	<b>5</b> 0/2 220	6 60 <b>T 2</b> 60
Créditos a vencer	7.063.230	6.687.269
Créditos vencidos até 60 dias	64.984	30.381
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	11.208	10.941
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	11.608	42.497
Créditos vencidos há mais de 180 dias	123.502	459.369
	7.274.532	7.230.457

# Cronograma de recebimento do ativo financeiro – não circulante

	4.836.269
2027 em diante	3.150.464
2026	411.662
2025	470.886
2024	499.990
2023	303.267

# 8. Imposto de renda e contribuição social

# a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Controladora				
01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	
559.152	4.340.200	174.549	823.106	
34%	34%	34%	34%	
(190.112)	(1.475.668)	(59.347)	(279.856)	
294.630 (294) 25 (1.091)	1.791.640 (1.117) (613) 378	113.898 (735) (363) (2.189)	395.108 (1.156) (1.154) (4.411)	
(3.024)	(6.254)	(2.995)	(6.145)	
(52.834)	(298.371)	(38.905)	(96.678)	
47.300	9.995	9.364	5.708	
47.300	9.995	9.364	5.708	
-8,46%	-0,23%	-5,36%	-0,69%	
01/07/2022 a 30/09/2022	Conso 01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	
953.290	7.130.453	453.670	1.873.820	
34%	34%	34%	34%	
(324.119)	(2.424.354)	(154.248)	(637.099)	
			18.114	
			(17.317) (4.399)	
* *		, ,	(12.042)	
488	1.066	998	2.047	
6.632 (145.706) 108.841	12.444 (427.029) 36.532	2.215 (92.265) (50.809)	7.689 (214.950) (52.550)	
(312.079)	(2.762.642)	(289.080)	(910.507)	
(550.069) 237.990	(1.190.859) (1.571.783)	(203.161) (85.919)	(500.042) (410.465)	
(312.079)	(2.762.642)	(289.080)	(910.507)	
	30/09/2022  559.152 34% (190.112)  294.630 (294) 25 (1.091) (3.024) (52.834) 47.300 47.300 -8,46%  01/07/2022 a 30/09/2022  953.290 34% (324.119)  47.166 (3.273) (5) (2.103) 488 6.632 (145.706) 108.841 (312.079) (550.069) 237.990	01/07/2022 a         01/01/2022 a           30/09/2022         30/09/2022           559.152         4.340.200           34%         34%           (190.112)         (1.475.668)           294.630         1.791.640           (294)         (1.117)           25         (613)           (1.091)         378           (3.024)         (6.254)           (52.834)         (298.371)           47.300         9.995           47.300         9.995           -8.46%         -0.23%           Conso           01/07/2022 a         30/09/2022           953.290         7.130.453           34%         34%           (324.119)         (2.424.354)           47.166         75.477           (3.273)         (33.809)           (5)         (1.162)           (2.103)         (1.807)           488         1.066           6.632         12.444           (145.706)         (427.029)           108.841         36.532           (312.079)         (2.762.642)           (550.069)         (1.190.859)           237.990         (1.	01/07/2022 a         01/01/2022 a         01/07/2021 a         01/07/2021 a           30/09/2022         30/09/2022         30/09/2021           559.152         4.340.200         174.549           34%         34%         34%           (190.112)         (1.475.668)         (59.347)           294.630         1.791.640         113.898           (294)         (1.117)         (735)           25         (613)         (363)           (1.091)         378         (2.189)           (3.024)         (6.254)         (2.995)           (52.834)         (298.371)         (38.905)           47.300         9.995         9.364           -8,46%         -0,23%         -5,36%           Consolidado           01/07/2021 a         30/09/2022         30/09/2021           953.290         7.130.453         453.670           34%         34%         34%           (324.119)         (2.424.354)         (154.248)           47.166         75.477         10.671           (3.273)         (33.809)         2.180           (5)         (1.162)         (1.088)           (2.103)         (1.807)	

(a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e

(b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que algumas investidas estão localizadas.

# b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora						
	_			Saldo em 30/09/2022			
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Efeitos da incorporação (e)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	39.004			-	39.004	39.004	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	9.696	10.840	-	83	20.619	20.619	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	122	(4)	-	-	118	118	-
Variação cambial	18.359	(12.517)	-	-	5.842	5.842	-
Resultado de operações com derivativos	(43.511)	15.116	-	-	(28.395)	-	(28.395)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(138.323)	6.148	-	-	(132.175)	-	(132.175)
Custo de transação de empréstimos	(5.879)	(9.626)	-	-	(15.505)	-	(15.505)
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	141	143	-	-	284	284	
Valor justo com operações de hedge e debêntures	4.424	(1.969)	-		2.455	2.455	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação do VLT Carioca		(4.696)	-	(40.001)	(44.697)	-	(44.697)
Ganho remensuração a valor justo VLT Carioca - Aquisição de participação		(502)	-	(4.392)	(4.894)	-	(4.894)
Outros	2.765	7.062	(4.695)	402	5.534	5.534	_
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(125.595)	9.995	(4.695)	(43.908)	(164.203)	73.856	(238.059)
Compensação de imposto		-	-	_	-	(73.856)	73.856
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(125.595)	9.995	(4.695)	(43.908)	(164.203)		(164.203)

	Controladora					
			Sal	Saldo em 30/09/2021		
	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	39.004	=	39.004	39.004	=	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.551	790	3.341	3.341	-	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	160	8	168	168	-	
Variação cambial	-	8.590	8.590	8.590		
Resultado de operações com derivativos	-	(20.471)	(20.471)	-	(20.471)	
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (b)	(10.633)	14.161	3.528	121.609	(118.081)	
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	=	(12.393)	
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(145.800)	5.541	(140.259)	-	(140.259)	
Outros	4.365	(2.911)	1.454	1.456	(2)	
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(122.746)	5.708	(117.038)	174.168	(291.206)	
Compensação de imposto				(174.168)	174.168	
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(122.746)	5.708	(117.038)	=	(117.038)	

	Consolidado							
					Saldo em 30/09/2022			
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Efeitos da incorporação (e)	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.901.777	101.608		-	2.003.385	2.003.385	-	
Variação cambial	23.000	(17.054)	-		5.946	5.946	-	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	29.500	12.696	-	83	42.279	42.279	-	
Provisão para perda esperada - contas a receber	2.170	3.008	-		5.178	5.178	-	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais	28.563	5.229	-		33.792	33.792	-	
Provisão de manutenção	47.114	47.072	-		94.186	94.186	-	
Resultado de operações com derivativos	(17.465)	15.913	-		(1.552)	45.767	(47.319)	
Diferenças temporárias (c)	(11.739)	1.528	-		(10.211)	-	(10.211)	
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (b)	(115.154)	9.000	-	-	(106.154)	-	(106.154)	
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	-	(12.393)	-	(12.393)	
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(138.323)	6.148	-	-	(132.175)	-	(132.175)	
Receita de remuneração de ativos financeiros	(769.646)	(107.987)	-	-	(877.633)	-	(877.633)	
Amortização do custo de transação	(4.215)	(1.248)	-	-	(5.463)	-	(5.463)	
Operação assistida	11.064	1.755	-	-	12.819	12.819	-	
Diferença de critério de amortização fiscal versus contábil - Aeris	(83.778)	24.193	-	-	(59.585)	-	(59.585)	
Arrendamento	(18)	403	-		385	385	-	
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação no VLT Carioca	(36.899)	32.203	-	(40.001)	(44.697)	-	(44.697)	
Ganho / Remensuração da participação anterior do VLT Carioca, a valor justo	(4.443)	3.941	-	(4.392)	(4.894)	-	(4.894)	
Provisões diversas	12.598	92.920	-		105.518	110.398	(4.880)	
Estimativa de perda lei nº 13.448/2017 - MSVia	78.400	4.773	-		83.173	83.173	-	
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	3.203	3.652	-		6.855	6.855	-	
Receita de remuneração de ativos contratuais TAM 06 - ViaQuatro	(416.577)	(33.076)	-		(449.653)	-	(449.653)	
Ajuste a Valor Presente	81.714	6.686	-		88.400	89.903	(1.503)	
Capitalização de Juros	(574.594)	(2.356)	-		(576.950)	-	(576.950)	
Custo de Transação de Empréstimos	(47.500)	(2.704)	-		(50.204)	26.505	(76.709)	
Receita de Construção	9.145	(853)	-		8.292	8.292	-	
Valor justo com operações de hedge e debêntures	4.224	(2.128)	-		2.096	249.085	(246.989)	
Contrato de IRU	4.014	832	-	-	4.846	4.846	-	
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (d)	-	(1.739.406)	-		(1.739.406)	-	(1.739.406)	
Outros	18.673	(38.531)	38.825 (1	)402	19.369	19.704	(335)	
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	22.415	(1.571.783)	38.825	(43.908)	(1.554.451)	2.842.498	(4.396.949)	
Compensação de imposto						(1.759.116)	1.759.116	
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	22.415	(1.571.783)	38.825	(43.908)	(1.554.451)	1.083.382	(2.637.833)	

<u>-</u>	Consolidado						
				Saldo em 30/09/2021			
_	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.706.551	100.459	-	1.807.010	1.807.010		
Variação cambial	4.849	8.903	-	13.752	13.752	-	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	7.160	4.415	-	11.575	11.575	-	
Provisão para perda esperada - contas a receber	2.833	1.844	-	4.677	4.677	-	
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais	41.343	(1.023)	-	40.320	40.320	-	
Provisão de manutenção	54.576	(19.681)	-	34.895	34.895	-	
Resultado de operações com derivativos	24.065	(17.927)	-	6.138	41.289	(35.151)	
Diferenças temporárias	(565.468)	23.929	-	(541.539)	422.497	(964.036)	
Diferenças temporárias - lei nº 12.973/2014 (b)	(127.717)	18.514	-	(109.203)	10.879	(120.082)	
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	(12.393)	-	(12.393)	
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(145.800)	5.541	-	(140.259)	-	(140.259)	
Receita de remuneração de ativos financeiros	(597.486)	(122.171)	-	(719.657)	-	(719.657)	
Amortização do custo de transação	(553)	(9.592)	-	(10.145)	-	(10.145)	
Operação assistida	3.443	3.935	-	7.378	7.378	-	
Diferença de critério de amortização fiscal versus contábil - Aeris	(94.233)	9.869	-	(84.364)	-	(84.364)	
Arrendamento	(642)	(641)	-	(1.283)	658	(1.941)	
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação no VLT Carioca	(28.551)	(8.357)	-	(36.908)	-	(36.908)	
Ganho / Remensuração da participação anterior do VLT Carioca, a valor justo	(4.650)	152	-	(4.498)	396	(4.894)	
Provisões diversas	13.609	2.463	-	16.072	17.867	(1.795)	
Provisão da parcela controversa da receita de mitigação da demanda - Metrô Bahia	37.533	(37.533)	-	-	-	-	
Receita de remuneração de ativos contratuais TAM 06 - ViaQuatro	-	(400.868)	-	(400.868)	-	(400.868)	
Estimativa de perda lei nº 13.448/2017 - MSVia	68.356	18.149	-	86.505	86.505	-	
Outros	24.048	9.155	(8.925) (*)	24.278	24.593	(315)	
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	410.873	(410.465)	(8.925)	(8.517)	2.524.291	(2.532.808)	
Compensação de imposto				-	(1.658.264)	1.658.264	
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	410.873	(410.465)	(8.925)	(8.517)	866.027	(874.544)	

- (\*) Ajuste acumulado de conversão.
- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2022	-	38.154
2023	-	110.322
2024	-	77.707
2025	-	106.992
2026	-	132.170
de 2027 em diante	39.004	1.538.040
	39.004	2.003.385

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital;

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil);
- (c) O montante de R\$ 10.211 refere-se, principalmente, a: (i) R\$ 3.219 de receita de construção extrapolação; (ii) R\$ 2.934 de amortização de ágio; e (iii) R\$ 2.385 de receita de construção aporte margem;
- (d) Refere-se a IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022 (para maiores informações vide notas explicativas nos 1, 2, 13 e 21); e
- (e) Refere-se aos valores de impostos diferidos decorrentes da incorporação da CIIS.

A CCR e algumas investidas, principalmente a CPC, RDN, MSVia (parcialmente) e Barcas (parcialmente), não registraram o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.634.885 e R\$ 3.752.018, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o montante do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) sobre prejuízos fiscais e base negativa seria de R\$ 1.246.403 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 845.698 em 31 de dezembro de 2021).

## 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

	Início da con	cessão (a)	Extensão do prazo d	la concessão (b)	Tota	ıl
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante						
ViaLagos	286	286	-	-	286	286
AutoBAn	1.480	4.585	50.116	155.275	51.596	159.860
ViaOeste	1.290	3.297	16.302	41.659	17.592	44.956
RodoAnel Oeste	73.578	73.578		<u> </u>	73.578	73.578
	76.634	81.746	66.418	196.934	143.052	278.680
	Início da con	cessão (a)	Extensão do prazo d	la concessão (b)	Tota	ıl
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Não Circulante						
ViaLagos	6.670	6.884	-	-	6.670	6.884
AutoBAn	21.087	19.867	714.140	672.856	735.227	692.723
ViaOeste	538	-	6.792	-	7.330	-
RodoAnel Oeste	1.079.144	1.134.327		<u> </u>	1.079.144	1.134.327
	1.107.439	1.161.078	720.932	672.856	1.828.371	1.833.934

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 141.191 (R\$ 209.008 no mesmo período de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão; e
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original das concessões e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

#### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

# a. Controladora

			Transações							s	aldos			
			01/01/2022 a 30/09/20	122						30/	09/2022			
									Ativo				Passivo	
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo Imobilizado / Intangível	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Receitas brutas	Receitas financeiras	Des pesas financeiras	Contas a	Outros créditos	AFAC	Mútuos	Dividendos / JCP a receber	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	Outras Contas a pagar
Controladoras	-	-												
Sucea Participações	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-	
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-	-
Controladas														
CIIS	-	-	1.057 (h)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NovaDutra	-	-	284 (h)	6.989 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	5 (h)	-
ViaLagos	-	-	2.892 (a) (h)	1.740 (a)	-	-	543 (a)	-	-	-	-	-	-	-
RDN	-	52	19 (h)	-	-	-	321 (a)	-	-	-	-	-	34 (h)	-
AutoBAn	-	-	19.524 (a) (h)	16.983 (a)	-	-	4.717 (a) (h)	-	-	-	-	-	365 (h)	-
ViaOeste	-	-	15.500 (a)	9.993 (a)	-	-	3.113 (a)	-	-	-	11.874	-	12 (h)	-
ViaQuatro	-	-	4.859 (a)	-	-	-	941 (a) (h)	-	-	-	185.160	-	103 (h)	-
RodoAnel Oeste	-	-	5.828 (a)	8.101 (a) (l)	-	-	1.139 (a)	-	-	-	-	-	-	-
CPC	292 (r)		1.962 (h)	70 (a)	-	-	366 (a) (h)	-	-	-	-	-	155 (a)	
Samm	13 (i)	-	547 (a)	583 (a) (l)	-	-	104 (a)	-	-	-	-	-	5 (h)	-
SPVias	-		10.300 (a)	4.176 (a)	-	-	2.119 (a)	-	-	-	11.207	-	3 (h)	
CAP	-		-	-	5.588 (k)	5.566	527 (a)	-	-	28.364 (k)	-	-	-	
Barcas	-	-	2.017 (a)	-	47.935 (f)	-	362 (a)	-	-	523.964 (f)	-	-	-	-
VLT Carioca	-		330 (a)	356 (a)	16.267 (g)(o)	-	14.157 (a) (g)	-	39 (d)	164.407 (o)	-	-	331 (h)	
Metrô Bahia	-		75 (h)	2.552 (a)	-	-	68 (a)	-	-	-	-	-	6 (h)	
BH Airport	-	-		6.688 (a)	-	-	23 (a)	-	-	-	-	-	-	-
MSVia	-		298 (a)	2.246 (a)	-	-	95 (a)	-	-	-	-	-	-	
TAS	-		-	141 (a)	21 (j)	44 (j)	-	-	-	-	-	-	-	
ViaMobilidade	-	-	4.051 (a) (h)	5.451 (a) (l)	-	-	1.466 (a) (h)	-	-	-	7.625	-	28 (h)	-
Quicko	-	-	-	26 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ViaSul	-	-	26 (h)	2.443 (a)	-	-	60 (a)	-	-	-	-	-	40 (h)	-
Aeris	-	-	-	171 (a)	42 (j)	65 (j)	107 (a)	-	-	-	-	-	-	-
ViaCosteira	-	-	7.379 (a) (h)	1.850 (a)	-	-	1.619 (a)	-	-	-	-	-	-	-
Bloco Sul	-	-	8.646 (a) (h)	16.365 (I)	-	-	17.770 (a)	-	-	-	-	-	265 (h)	-
Bloco Central	-	-	6.947 (a)	8.919 (I)	-	-	10.197 (a)	-	-	-	-	-	403 (h)	-
Linhas 8 e 9	-		16.229 (a) (h)	13.813 (I)	-	-	3.114 (h)	-	-	-	-	-	193 (h)	-
Pampulha	-	-	922 (a)	83 (I)	-	-	229 (a)	-	-	-	-	-	2 (h)	-
RioSP	-		31.659 (a) (h)	4.123 (I)	-	-	6.456 (a)	-	-	-	-	-	18 (h)	-
Controladas em conjunto														
Corporación Quiport	-	-	-	233 (a)	-	60 (j)	-	-	-	-	-	-	-	-
ViaRio	-	-	4 (a)	827 (a)	18.255 (c)	-	-	-	-	184.817 (c)	-	-	-	-
Renovias	-		1.191 (a)	887 (a)	-	-	206 (a)	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas														
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	226 (a)	-	-	318 (a)	-	-	-	-	-	337 (h)	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	-	239 (a)	-	-	315 (a)	-	-	-	-	-	340 (h)	-
Mundinvest	55 (n)	-	-	-		-	-		-	-	-	-	-	
Itaú Vida e Previdência	347 (m)	-	-	-	6.626 (m)	-	-	161 (m)	-	-	-	-	-	939 (m)
Banco Itau BBA		<u>-</u>	<del></del>			1.796 (q)	<del></del>	161 (m)	<del></del>	<del></del>	<del></del>			939 (m)
Total	707	52	142.546	116.274	94.734	7.531	70.452	322	39	901.552	215.866	1.196	2.657	1.878

Transações	Transações
01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021

	Despesas / custos com serviços	Custo Imobilizado /	Repasse de custos e despesas de pessoal e	Receitas	Receitas	Despesas	Despesas / custos com serviços	Repasse de custos e despesas de pessoal e	Receitas	Receitas	Despesas
	prestados	Intangível	outros	brutas	financeiras	financeiras	prestados	outros	brutas	financeiras	Finance iras
Controladas											
Lam Vias	-	-	-	-	-	-	-	31 (h)	-	-	-
NovaDutra	-	-	-	-	-	-	-	12 (h)	4.957 (a)	-	-
ViaLagos	-	-	1.371 (a)	-	-	-	-	2 (h)	702 (a)	-	-
RDN	-	52	-	-	-	-	-	12 (h)	1.750 (a)	-	-
AutoBAn	-	-	9.911 (a) (h)	-	-	-	-	39 (h)	7.429 (a)	-	-
ViaOeste	-	-	7.902 (a)	-	-	-	-	17 (h)	3.514 (a)	-	-
ViaQuatro	-	-	2.831 (a)	-	-	-	-	31 (h)	1.191 (a)	-	-
RodoAnel Oeste	-	-	3.087 (a)	1.522 (a) (l)	-	-	-	5 (h)	68 (a)	-	-
CPC	-	-	(586) (h)	-	-	-	30 (f)	1.402 (h)	287 (a)	-	-
Samm	-	-	262 (a)	147 (a) (l)	-	-	32 (i)	-	229 (a)	-	-
SPVias	-	-	5.683 (a)	-	-	-	-	11 (h)	712 (a)	2.005 (p)	-
CAP	-	-	-	-	1.502 (k)	300 (j)	-	-	-	1.129 (k)	83 (j)
Barcas	-	-	1.114 (a)	-	19.956 (f)	-	-	-	1.049 (a)	-	-
VLT Carioca	-	-	330 (a)	-	8.121 (g) (o)	-	-	-	451 (a)	545 (g)	-
Metrô Bahia	-	-	-	-	-	-	-	7 (h)	826 (a)	-	-
BH Airport	-	-	-	2.981 (a)	-	-	-	-	1.485 (a)	-	-
MSVia	-	-	298 (a)	-	-	-	-	4 (h)	1.134 (a)	-	-
TAS	-	-	-	-	5 (j)	3 (j)	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	-	2.598 (a) (h)	1.568 (a)	-	_	-	98 (h)	804 (a)	-	-
Quicko	-	-	-	-	-	-	-	-	25 (a)	-	-
ViaSul	-	-	-	-	-	-	-	6 (h)	895 (a)	-	-
Aeris	-	-	-	-	4 (j)	1 (j)	-	-	226 (a)	-	-
ViaCosteira	-	-	4.094 (a) (h)	-	-	-	-	2 (h)	573 (a)	-	-
Bloco Sul	-	-	4.646 (a) (h)	16.365 (I)	-	-	-	-	-	-	-
Bloco Central	-	-	3.954 (a)	8.919 (l)	-	-	-	-	-	-	-
Linhas 8 e 9	-	-	12.251 (a) (h)	4.605 (I)	-	-	-	-	-	-	-
Pampulha	-	-	546 (a)	83 (I)	-	-	-	-	-	-	-
RioSP	-	-	18.319 (a) (h)	1.306 (a)	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto											
ViaRio	-	-	-	-	7.018 (c)	-	-	-	497 (a)	3.563 (c)	-
Renovias	_	_	593 (a)	_	-	_	_	_	540 (a)	-	_
Outras partes relacionadas				-	-	-					
Banco Itau BBA	_	-	-	-	-	1.796 (q)	-	_	-	_	_
Itaú Vida e Previdência	347 (m)	-	-	-	6.626 (m)	-	-	_	-	_	_
Mundinvest	55 (n)		-	-	-	_	-	_	-	_	_
Companhia Operadora de Rodovias	- '	-	-	68 (a)	-	-	-	_	112 (a)	_	_
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	-	72 (a)	-	-	-	_	449 (a)	_	_
Total	402	52	79.204	37.636	43.232	2.100	62	1.679	29.905	7.242	83

 Transações
 Saldos

 01/01/2021 a 30/09/2021
 31/12/2021

		0-7,0-7,0	2021 a 30/09/2021					31/12/202			
		ъ .			_		Ativo			Passivo	
	Despesas / custos com	Repasse de custos e								TO.	ornecedores
	serviços	despesas de pessoal e	Receitas	Receitas	Despesas	Contas a			Dividendos /	r	e contas a
	prestados	outros	brutas	financeiras	financeiras	receber	AFAC	Mútuos	JCP a receber	AFAC	pagar
Controladoras									•		1
Sucea Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-
Controladas											
Lam Vias	-	31 (h)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NovaDutra	-	12 (h)	11.940 (a)	-	-	3.349 (a)(h)	-	-	-	-	1.608 (h)
ViaLagos	-	2 (h)	2.105 (a)	-	-	544 (a)	-	-	-	-	- '
RDN	-	12 (h)	5.250 (a)	1.851 (b)	-	830 (a)	-	-	-	-	65 (h)
AutoBAn	-	39 (h)	22.288 (a)	-	-	5.348 (a)(h)	-	-	-	-	357 (h)
ViaOeste	_	17 (h)	10.541 (a)	_	_	3.126 (a)	-	_	_	-	
ViaQuatro	-	31 (h)	3.377 (a)	127 (e)	-	1.293 (a)(h)	-	-	177.161	-	21 (h)
RodoAnel Oeste	_	5 (h)	206 (a)	_	_	19.545 (a)	-	_	_	-	
CPC	154 (a)	1.402 (h)	860 (a)	_	_	35 (a)(h)	242.192 (d)	-	-	-	1.803 (a) (h)
Samm	168 (i)	- '	686 (a)	_	_	94 (a)	- '	_	_	-	- ' ' ' '
SPVias	- '	11 (h)	2.136 (a)	2.005 (p)	_	6.834 (a)	_	_	_	_	6 (h)
CAP	_	- '	-	1.138 (k)	161 (j)	544 (a)	_	28.326 (k)	_	_	
CPA	-	-	_	-	-	293 (p)	-		-	-	_
Barcas	_	_	3.145 (a)	_	_	10 (a)	_	394.196 (f)	_	_	4 (h)
VLT Carioca	-	-	1.061 (a)	1.482 (g)	_	12.016 (a) (g)	-	-	-	-	- ` ′
Metrô Bahia	_	7 (h)	2.480 (a)	-	_	596 (a)	_	_	_	_	91 (h)
BH Airport	-	-	4.457 (a)	_	_	1.233 (a)	-	-	-	-	14 (h)
MSVia	_	4 (h)	3.400 (a)	_	_	- (a)	_	_	_	_	- ` ′
TAS	_	- '	-	_	_	265 (a)					
ViaMobilidade	_	98 (h)	2.410 (a)	_	_	6.901 (a) (h)	_	_	7.595	_	19 (h)
Quicko	_	-	71 (a)	_	_	34	_	_	-	_	-
ViaSul	_	6 (h)	2.605 (a)	_	_	976 (a)	_	_	_	_	6 (h)
Aeris	_	-	226 (a)	5 (j)	11 (j)	236 (a)	_	_	_	_	
ViaCosteira	_	2 (h)	1.716 (a)	-	-	1.064 (a)	_	_	_	_	1 (h)
Bloco Sul	-	- '	-	_	_	26 (a)	-	-	-	-	121 (h)
Bloco Central	_	_	_	_	_	18 (a)	_	_	_	_	88 (h)
Linhas 8 e 9	-	-	_	_	_	8.603 (h)	-	-	-	-	3 (h)
Pampulha	_	_	_	_	_	- ` ′	_	_	523	_	- ` ′
RioSP	_	_	_	_	_	_	_	_	523	_	_
Controladas em conjunto											
ViaRio	_	_	1.484 (a)	8.967 (c)	_	176 (a)	_	169.299 (c)	_	_	_
Renovias	_	_	1.663 (a)	-	_	257 (a)	-	-	-	_	6 (h)
Outras partes relacionadas			(=)		_	<u>-</u> (-)					- ()
Corporación Quiport	_	_	_	_	-	510 (a)	_	_	_	_	_
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	359 (a)	_	-	31 (a)	_	_	_	-	_
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	1.201 (a)	-	-	33 (a)	_	_	_	_	_
Mundinvest	125 (n)	_	1.201 (a)	_	_	55 (a)	_	_	_	-	_
Total	447	1.679	85.667	15,575	172	74.820	242.192	591.821	185.802	1.916	4.225

- (a) Contrato de prestação de serviços de *backoffice* administrativo e financeiro, tecnologia, engenharia e soluções integradas, *supply chain* e *backoffice* de arrecadação, executados pela filial CCR GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte;
- (b) Contrato de mútuo remunerado a 110,7% do CDI, com vencimento em 27 de novembro de 2021;
- (c) Contratos de mútuo, sendo 2 contratos remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 1 contrato remunerado pelo CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (e) Contrato de mútuo remunerado pelo CDI + 2,48% a.a., com vencimento inicialmente previsto para 15 de março de 2023. O contrato foi totalmente liquidado em 10 de junho de 2021;
- (f) Contratos de mútuo celebrados originalmente, em 4 de outubro de 2016, entre a CPC e sua controlada Barcas, remunerados pelo CDI + 2,48% a.a. e com vencimento em 28 de fevereiro de 2023. Em 30 de dezembro de 2021, o crédito foi cedido pela CPC à CCR, em contrapartida à redução de seu capital social;
- (g) Juros cobrados de faturas não recebidas no vencimento;
- (h) Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- (i) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (j) Variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas;
- (k) Contrato de mútuo com remuneração pré-fixada de 4,50% a.a. em USD, com vencimento em 30 de junho de 2032;
- (1) Refere-se a contratos de contragarantia firmados entre a CCR, RodoAnel Oeste, ViaMobilidade, Linhas 8 e 9, RioSP, Samm, Bloco Sul, Bloco Central e Pampulha por meio dos quais a CCR passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissões de dívidas das respectivas investidas. As taxas de remuneração e os valores faturados, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, estão descritos abaixo:

Investida	Valor faturado	Taxa de remuneração
RodoAnel Oeste	4.176	1,0% a.a.
ViaMobilidade	4.703	1,1% a.a.
Linhas 8 e 9	13.813	1,3% a.a.
RioSP	4.123	0,5% a.a.
Samm	282	1,1% a.a.
Bloco Sul	16.365	1,3% a.a.
Bloco Central	8.919	1,3% a.a.
Pampulha	83	1,05% a.a.

- (m) Refere-se ao benefício da previdência privada de colaboradores ativos e desligados;
- (n) Contrato de serviço de consultoria financeira para a CCR;

- (o) Contratos de mútuo com o VLT Carioca registrados na Companhia em decorrência da incorporação da CIIS em abril de 2022, sendo 11 contratos remunerados pelo CDI + 5% a.a., 6 contratos têm vencimento em 31 de dezembro de 2022, 3 contratos em 15 de dezembro de 2024, 1 contrato em 30 de dezembro de 2024 e 1 contrato em 30 de dezembro de 2027;
- (p) Contrato de mútuo com remuneração pelo CDI + 2,48% a.a., liquidado no vencimento, em 2 de setembro de 2021;
- (q) Refere-se a contratação de derivativos; e
- (r) Contrato de prestação exclusiva de serviços de suporte e manutenção em tecnologia da informação.

# b. Consolidado

			Ti	ransações								Saldos					
				22 a 30/09/2022								30/09/2022					
									Ativo						Passivo		
	Despesas /	Custo de	Repasse de custos e														
	custos com serviços prestados	construção / Imobilizado/ Intangível	despesas de pessoal e	Receitas	Receitas financeiras e	Despesas	Contas a	Outros			Caixa				Fornecedores e contas a	Emprés timos/	Outras contas
Controladoras	prestation	iming.	outros	brutas	outras	finance iras	receber	créditos	AFAC	Mútuos	Banco/Aplicações	Derivativos	AFAC	Mútuos	pagar	Derivativos	a pagar
Camargo Corrêa Infra Construções				89 (o)											12		
Sucea Participações													720 (c)				
Soares Penido Concessões													287 (c)				
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos													189 (c)				
Controladas																	
MTH					103 (q)	57 (q)				-							
CCR España					157 (q)	121 (q)											
CCR España Empr. SLU					2	31 (q)				-							
TAS CAI	-				22 (q)	47 (q)											
CAP					468 (q) 4.702 (q)	557 (q)											
Aeris Holding				90 (q)	4.702 (q) 340 (q)	5.566 (q) 2.982 (q)				85 (ab)							
Barcas				90 (q) 7 (p)	340 (q)	2.982 (q)				85 (ab)							
Controladas em conjunto				/ (p)													
Corporación Quiport				235 (b)		60 (q)											
VirRio	11 (ac)		4 (b)	827 (b)	18.255 (d)					184.817 (d)							
Controlar									1.047 (c)								
Renovius	638 (i)		1.193 (b)	967 (b)(r)			214 (b)										
Outras partes relacionadas																	
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra				239 (b)	-		318 (b)			-					340 (ae)		
Companhia Operadora de Rodovias	-			226 (b)	-	-	315 (b)								337 (ae)		
IAF					64 (aa)					2.544 (aa)							
Instituto CCR	21.876 (ao)									-							
Consórcio Mobilidade Bahia	4.041 (a)				-	-											
Fetranspor - Federação das empresas de transportes Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos	612 (g)			42 (r)			3 (r)										
Concessionaria do Aeroporto internacional de Guarunos Mundinvest	57 (al)			42 (r)			3 (1)										
A-Port	37 (ai)				39 (q)	95 (aj)								911 (aj)			
AEGEA Saneamento e Participações				1 (ap)	(4)	(0)	1 (ap)							,(ug)			
Águas do Rio SPE 4															83 (aq)		
Banco ItauCard															l (ar)		
ConectCar							36.476 (as)	1.047 (as)									
Itaú Corretora de Valores					-	11 (at)				-							
Itaú Seguros de auto e residência	41 (au)																
Itaú Vida e Previdência	762 (av)							706 (av)		-							964 (av)
Porto Seguro Companhia de seguros gerais										-							4 (au)
TBForte Segurança e transporte de valores	30 (ax)																
TBNet Comércio, locação e administração Tecnologia bancária	8 (ap)			92 (ap)			11 (r) 103 (ap)										17 (ap)
Banco Votorantim	o (ap)			92 (ap)	23.312 (ay)		105 (ap)				522.209 (ay)						17 (ap)
Banco Itaú BBA					6.628 (aw)	3 (aw)					322207 (ay)	52.155 (aw)				35.052 (aw)	
Itaú Unibanco				178 (r)	22.319 (aw)(ay)(ba)	7.166 (aw)(az)	181 (r)				2.077.744 (ay)	32.133 (am)				73.771 (az)	3.502 (ba)
XP Investimentos				()	5.157 (aw)	1.692 (aw)						53.346 (aw)				39.223 (aw)	) -
Itaú Soberano Renda Fixa					1.346 (ay)						2.108.782 (ay)						
HAS Development Corp.	233 (bb)					8 (bb)											
JCA Holding Participações						138 (n)											
Rodomar Administ e Participação						101 (m)											
Auto Viação 1001						1.656 (m)											
RioCard Tecnologia da Informação	255 (g)									-					968 (g)		
Odebrecht Mobilidade						20.217 (e)			-			-		164.410 (e)	6.893 (l)		
Infraero	3.360 (s)				2.596 (k)	12 (k)	41.161 (k)		-			-			302 (k)		
Invepar						20.219 (e)								164.406 (e)	6.894 (I)		
Edica RioPar Participações	991 (g)					20.321 (n)(e)								164.390 (e)	1.131 (u) 2.175 (y)		
RussInvest Participações	991 (g)					20.321 (n)(e) 4.393 (v)								104.390 (0)	2.175 (y) 384 (v)		
Concessionária Rota das Bandeiras	13 (i)					*->>> (*)											
Serveng - Civilsan - Empresas Associadas de Engenharia	7.765 (j)	275													1.511 (i)		
Total	40.693	275	1,197	2.993	85.508	85,453	78.783	1.753	1.047	187.446	4,708.735	105.501	1.196	494.117	21.031	148.046	4.487
* ***	40.055	273		-375			.3.765		,	440					21.001	. 40.040	4,407

Transações Transações 01/07/2021 2 30/09/2021

			01/07	//2022 a 30/09/2022				01/07/	2021 a 30/09/2021		
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção / Imobilizado/ Intangível	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Receitas brutas	Receitas finance iras	Despesas financeiras	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção / Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladoras											
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-		-	-	-	63 (o)	-	-
Controladas											
MTH		-	-	-	7 (q)	8 (q)	-	-	-	7 (q)	77 (q)
CCR España Empr. SLU	-	-	-	-	•	31 (q)	-	-	-	-	-
Aeris Holding	-	-	-	(34) (w)	173 (q)	12 (q)	-	-		1.124 (q)	108 (q)
CAP		-	-	-	1.184 (q)	300 (q)	-	-	(162) (b)	895 (q)	(78) (q)
CAI		-	-	-	116 (q)	30 (q)	-	-	2()	- 20 ( )	-
TAS Controladas em conjunto	-	-	-	-	5 (q)	2 (q)	-	-	2 (q)	29 (q)	-
Corporación Quiport									216 (b)	57 (q)	
ViaRio	1 (ae)	-		-	7.018 (d)				1.058 (b)	3.563 (d)	
Controlar S.A.	i (ac)	-	-	-	7.018 (u)	-	-	-	1.058 (b)	3.303 (d)	•
Renovias	164 (i)		595 (b)	43 (b)(r)		-	218 (i)		660 (b)(r)	-	
Outras partes relacionadas	104 (1)	_	373 (0)	(b)(1)		-	210 (I)	-	000 (0)(1)	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra				72 (b)					106 (b)		
Companhia Operadora de Rodovias		_		68 (b)		_			102 (b)		
IAF				-	25 (aa)				102 (0)	17 (aa)	
Instituto CCR	2.068 (ao)	_		-	25 (44)	_	7.535 (ao)			- (44)	
Consórcio Mobilidade Bahia	4.041 (a)	_				_	561 (a)				
Fetranspor - Federação das empresas de transportes	253 (g)	_				-	101 (g)			-	
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos	(8)	_		13 (r)		_	(8)		15 (r)		
Mundinvest	57 (al)	_		-		-			-	-	
AEGEA Saneamento e Participações	-	_		1 (ap)		-					
A-Port					2 (q)	26 (aj)					22 (aj)
Intercement Brasil					- "	-		51 (ak)			-
JCA Holding Participações	-	-	-	-		-	-	- '	-	-	37 (n)
Rodomar Administ e Partic.	-	-	-	-		(1) (m)	-	-	-	-	28 (m)
Auto Viação 1001	-	-	-	-		-	-	-	-	-	456 (m)
Infraero	1.299 (s)	-	-	-	178 (k)	12 (k)	76 (s)	-	-	119 (k)	-
RioCard Tecnologia da Informação	66 (g)	-	-	-		-	92 (g)	-	-	-	-
Odebrecht Mobilidade		-		-		7.819 (e)		-	-		3.691 (e)
Banco Votorantim	-	-	-	-	23.312 (ay)	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú BBA		-		-	6.628 (aw)	3 (aw)		-	-		-
Itaú Unibanco		-		178 (r)	22.319 (aw)(ay)(ba)	7.166 (aw)(az)		-	-		-
XP Investimentos	-	-	-	-	5.157 (aw)	1.692 (aw)	-	-	-	-	-
Itaú Soberano Renda Fixa	-	-	-	-	1.346 (ay)	-	-	-	-	-	-
Invepar	-	-	-	-	-	7.821 (e)	-	-	-	-	3.691 (e)
Consórcio Mobilidade Bahia	(2.871) (a)	-	-	-		-	230 (g)	-	-	-	3.720 (n)(e)
RioPar Participações	371 (g)	-	-	-		7.819 (n)(e)	230 (g)	-	-	-	3.720 (n)(e)
Concessionária Rota das Bandeiras	2 (i)	-	-	-		-	-	-	-	-	-
RuasInvest Participações	-	-	-	-	•	1.458 (v)	-	-	-	-	-
Encalso Construções	-	-	-	-		-	-	1.744 (z)	-	-	-
Itaú Corretora de Valores		-	-	-		11 (at)		-	-	-	-
Itaú Seguros de auto e residência	41 (au)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itaú Vida e Previdência	762 (av)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TBForte Segurança e transporte de valores	30 (ax)	-	-	-	•	-	-	-	-	-	-
Tecnologia bancária	8 (ap)	-	-	92 (ap)	•	-	-	-	-	-	-
HAS Development Corp.	233 (bb)	-	-	-	•	-	-	-	-	-	-
Serveng - Civilsan - Empresas Associadas de Engenharia	(j)	275			<u> </u>	-		3.845 (j)			-
Total	10.676	275	595	433	67.478	34.241	9.043	5.640	2.060	5.811	15.472

			Transações						Saldos			
		01/01/	2021 a 30/09/2021						31/12/2021			
							Ativo				Passivo	
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção/ Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Des pesas finance iras	Contas a receber	AFAC	Mútuos	Dividendos / JCP a receber	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras												
Construtora Andrade Gutierrez	-									720 (c)		
Camargo Corrêa Infra Construções	-		184 (o)			24 (o)		_		-	_	1
Sucea Participações	-		-			- "		_		720 (c)	_	
Soares Penido Concessões	-						-			287 (c)		
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-		-				-			189 (c)		
Controladas												
CPC	7 (q)							_			_	
MTH	6 (q)			202 (q)	89 (q)			_			_	
Quito Airport Managmt Ltd	- (4)	_		(4)	- (4)		-	-	3.906	-	_	
Aeris Holding		_	26 (q)	2.300 (q)	1.720 (q)	32 (b)		89 (ab)		_	_	
CAP	_		20 (q)	947 (q)	70 (q)	52 (0)	_	-	_	_	_	
TAS			2 (q)	48 (q)	31 (q)	139 (b)		_				
Controladas em conjunto			2 (q)	40 (q)	31 (q)	137 (0)						
Corporación Quiport			705 (b)	129 (q)	90 (q)	510 (b)						
ViaRio			3.175 (b)	8.967 (d)	, o (q)	533 (b)	-	169.299 (d)				8
Controlar			5.175 (6)	0.707 (d)		333 (6)	1.047 (c)	105.255 (u)				
Renovias	653 (i)	-	1.934 (b)(r)			266 (b)	1.047 (C)	-	-	-	-	
Outras partes relacionadas	055 (1)	•	1.554 (0)(1)	-	-	200 (0)	-		-	-	•	,
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	88.484 (h)		1.875 (b)			43 (b)						
Companhia Operadora de Rodovias	66.464 (II)		410 (b)			43 (b) 31 (b)	-	-		-	-	
IAF				-				2.551 (aa)			-	
	15 ( 0	-	-	52 (aa)	-	- 47.3	-	2.551 (aa)	-	-	-	
Coalizi Marketing - Eireli	15 (af)		-	-	-	4 (ac)	-	-	-	-	-	
Instituto CCR	11.151 (ao)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.4
Consórcio Mobilidade Bahia	2.973 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.45
Fetranspor - Federação das empresas de transportes	311 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos		-	44 (r)	-		6 (r)	-	-	-	-	-	
Mundinvest	1.584 (al)	-	-	-		-	-	-	-	-		
A-Port	506 (am)		-	-	22 (aj)	-	-	-	-	-	1.921 (aj)	
Intercement Brasil		102 (ak)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
JCA Holding Participações	-	-	-	-	75 (n)	-	-	-	-	-	2.354 (n)	
Rodomar Administ e Participação	-	-	-	-	57 (m)	-	-	-	-	-	-	2.77
Auto Viação 1001	-	-	-	-	923 (m)	-	-	-	-	-	-	44.98
Zurich Airport	1.827 (an)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Infraero	408 (s)	-	-	9.016 (k)	-	20.432 (k)	-	-	-	-	-	
RioCard Tecnologia da Informação	255 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.0
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Odebrecht Mobilidade	-	-	-	-	8.961 (e)	4.627 (ai)	-	-	-	-	147.269 (e)	6.89
Invepar	-		-	-	8.961 (e)	4.627 (ai)	-	-	-	-	147.273 (e)	6.89
Edica		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (ag)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano	42 (ah)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RioPar Participações	655 (g)	-	-	-	9.018 (n)(e)	4.627 (ai)	-	-	-	-	149.058 (n)(e)	2.31
RuasInvest Participações		-	-	-	26 (f)	-	-	-	-	-	-	
Concessionária Rota das Bandeiras	10 (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
HAS Development Corp.	-	-	-	-	47 (q)	-	-	-	-	-	-	
Encalso Construções		5.232 (z)	-	-	-	7 (ad)	-	-	-	-	-	7
Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	1 (c)	-	-	-	-	
Serveng - Civilsan - Empresas Associadas de Engenharia		11.535 (j)			<u> </u>		<u> </u>				<u> </u>	
	109.287	16.869	8.355	21,661	30.090	35.908	1.048	171.939	3,906	1.916	447.875	68.40

# c. Despesas com profissionais-chave da administração

				Não estat	utários			
		Control	adora			Consoli	dado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
1. Remuneração (bc):								
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.023	2.527	235	653	1.023	2.527	1.164	2.027
Outros benefícios:								
Provisão para remuneração variável								
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	531	2.030	148	445	531	2.030	330	991
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (*)	-	1.356	-	90	-	810	-	(123)
Previdência privada	47	119	10	34	47	119	23	76
Seguro de vida	2	6	1	2	2	6	2	4
	1.603	6.038	394	1.224	1.603	5.492	1.519	2.975

(\*) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR na controladora e consolidado no montande de R\$ 1.950.

				Estatut	ários			
		Control	adora			Consoli	dado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
1. Remuneração (bc):								
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	6.992	20.403	4.334	19.207	13.248	41.840	12.178	44.373
Outros benefícios:								
Provisão de participação no resultado								
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	4.929	22.353	3.186	9.557	10.551	43.144	9.220	27.659
Complemento/Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (*)	-	7.965	-	(2.709)	-	(2.153)	-	(1.100)
Previdência privada	314	825	143	399	706	1.759	505	1.454
Seguro de vida	11	33	7	22	28	74	27	124
	12.246	51.579	7.670	26.476	24.533	84.664	21.930	72.510

(\*) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foram efetuados pagamentos de provisão de PPR no montante de R\$ 20.760 na controladora e R\$ 34.555 no consolidado.

	Conselheiros									
		Contro	ladora		Consolidado					
	01/07/2022 a	01/01/2022 a	01/07/2021 a	01/01/2021 a	01/07/2022 a	01/01/2022 a	01/07/2021 a	01/01/2021 a		
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021		
1. Remuneração (bc):										
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.750	7.586	2.154	6.440	2.818	7.785	2.230	6.646		
Seguro de vida	20	59	18	55	20	59	18	55		
	2.770	7.645	2.172	6.495	2.838	7.844	2.248	6.701		

### d. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	Controla	dora	Cons olidado		
	30//09/2022	31/12/2021	30//09/2022	31/12/2021	
Remuneração dos administradores (bc)	26.680	16.066	49.202	43.026	

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores e Conselho de Administração da Companhia no exercício social de 2022, no valor de até R\$ 40.454, no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$ 44.997, no caso de superação de 150% das referidas metas. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

Abaixo apresentamos as notas relacionadas aos quadros "b", "c" e "d":

(a) O Metrô Bahia e o Consórcio Mobilidade Bahia firmaram, em 13 de junho de 2014, contrato por administração sob regime de aliança com o objetivo de alcançar a melhor relação custo/benefício para a execução da expansão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas.

Tendo em vista a conclusão do escopo do contrato, as Partes, em 14 de novembro de 2018, formalizaram o Termo de Encerramento de Aliança, o qual estabeleceu o fim da aliança e definiu os procedimentos e responsabilidades a serem observados pelas Partes em relação ao encerramento.

Dentre as responsabilidades assumidas pelo Metrô Bahia estão:

- Pagar os funcionários da aliança afastados e as respectivas verbas rescisórias após término do período de afastamento, de acordo com as cláusulas do termo de encerramento:
- Gerir os contratos assumidos e as relações contratuais com os fornecedores; e
- Pagar ao consórcio os valores correspondentes aos desembolsos materializados relativos aos contratos assumidos.
- (b) Contrato de prestação de serviços de *backoffice* administrativo e financeiro, tecnologia, engenharia e soluções integradas, *supply chain* e *backoffice* de arrecadação, executados pela filial CCR GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte;
- (c) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (d) Contratos de mútuo firmados entre CCR e ViaRio, sendo 2 contratos remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., estes com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (e) Contratos de mútuo entre o VLT Carioca e suas acionistas, sendo 11 contratos remunerados pelo CDI + 5% a.a., dos quais: 6 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2022, 3 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024, 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2024 e 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2027;

- (f) Contrato de mútuo entre RuasInvest e ViaQuatro, remunerado pelo CDI + 2,48% a.a., com vencimento em 15 de março de 2023. O contrato foi liquidado antecipadamente, em 11 de junho de 2021;
- (g) Taxa administrativa da RioCard referente aos serviços de gestão dos pagamentos e emissão de cartões eletrônicos;
- (h) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia Presidente Dutra, cujo contrato de prestação de serviços com a concessionária encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021;
- (i) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implementação de cabos ópticos, com a Samm, cujos valores são liquidados todo dia 10 do mês seguinte ao do faturamento:
- (j) Prestação de serviços por empreitada a preço global;
- (k) Reembolsos a receber da Infraero, de acordo com o anexo 3 do contrato de concessão, relativos a obras que eram de sua responsabilidade, mas foram executadas pela BH Airport;
- (1) Saldo devido pelo VLT Carioca aos seus acionistas Invepar e Odebrecht Mobilidade, referente a garantia dada por meio de fiança corporativa que foi executada pelo fornecedor Alstom, para quitar obrigação do VLT Carioca;
- (m) Parcela do preço retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas:
- (n) Contratos de mútuo firmados a partir de 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, remunerados a 127,9% do CDI, com vencimento original em 31 de dezembro de 2021, prorrogado para 28 de fevereiro de 2023. Em 15 de junho de 2022, após a aquisição da participação da Companhia, os direitos creditórios dos mútuos com a Barcas, foram transferidos para sua Controladora;
- (o) Contrato de cessão onerosa de espaço firmado em 7 de agosto de 2019, entre Metrô Bahia e Camargo Corrêa Infra Construções, vencido em 30 de março de 2022;
- (p) Receita de aluguel de embarcações, com a MTH;
- (q) Variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas;
- (r) Serviços de transmissão de dados prestados pela Samm;
- (s) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da Infraero alocada no Aeroporto Internacional de Confins, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do contrato de concessão, os quais são reembolsados mensalmente de acordo com a prestação de serviços executados;
- (t) Contrato de prestação de serviço por empreitada a preço estimado para execução de obra de recuperação da pista existente na BR-376 (RDN), com vigência até 20 de novembro de 2019, sendo o saldo remanescente referente a caução. O Consórcio é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia e AG Construções e Serviços;
- (u) Obras de construção executadas na Aeris, por sua acionista minoritária Edica;

(v) Em dezembro de 2021, foram firmados contratos de contragarantia entre RuasInvest com ViaMobilidade e Linhas 8 e 9, por meio dos quais a RuasInvest passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissões de dívidas das respectivas investidas. As taxas de remuneração e os valores faturados, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, estão descritos abaixo:

Investida	Valor faturado	Taxa de remuneração
ViaMobilidade	940	1,1% a.a.
Linhas 8 e 9	3.453	1,3% a.a.

- (w) Contrato de *Management Fee* entre CPC e Aeris referente a operação, gerenciamento, expansão e modernização do aeroporto San Jose;
- (x) Contrato de mútuo entre a CPA e suas acionistas (CCR España e A-Port), remunerados a 4,5% a.a., com vencimento em 30 de junho de 2023;
- (y) Créditos a receber da RioPar, decorrentes de serviços prestados aos usuários do VLT Carioca;
- (z) Serviços prestados para implantação de vias marginais Padroeira-Raposo entre o km 19+700 e o km 24+400, pistas interna e externa, no Rodoanel Mário Covas SP-021;
- (aa) Contrato de mútuo firmado entre CCR España e IAF, remunerado pela LIBOR + 2,7% a.a., com vencimento em 15 de março de 2023;
- (ab) Diferença gerada no momento de pagamento e recebimento do mútuo, entre as empresas IBSA Finance Barbados Trust e Aeris Holding Costa Rica, que será regularizado até 15 de dezembro de 2023;
- (ac) Serviço de permissão de uso de faixa de domínio do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas;
- (ad) Dividendos intermediários pagos em excesso, que foram devolvidos em 28 de fevereiro de 2022;
- (ae) Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- (af) Serviços de gestão administrativa prestados à Quicko;
- (ag) Contrato de patrocínio da empresa AutoBAn referente ao projeto intitulado Museu de Sant'Ana Plano Plurianual de Manutenção, com vigência até 31 de janeiro de 2022;
- (ah) Prestação de serviço de exploração publicitária entre as empresas Quicko e Otima;
- (ai) Reposição da conta garantia do BNDES efetuada pela CIIS em nome das demais acionistas do VLT Carioca, com opção de futura compra de ações;
- (aj) Contrato de mútuo firmado entre A-Port e sua acionista indireta Curação, remunerado a 4,5% a.a., com vencimento em 31 de julho de 2022;
- (ak) Aquisição de cimento DSM (*Deep Soil Mixing*) para obra de restauração de pavimento, na praça de pedágio 02, km 345,5 da BR-101 Tubarão, da ViaCosteira;
- (al) Contrato de prestação de serviço para consultoria financeira à CCR;

- (am) Serviço de consultoria de operação e manutenção, prestados pela A-Port para BH Airport, de acordo com o contrato da OMSCA;
- (an) Contrato para consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto Internacional de Cofins, firmado em 2 de dezembro de 2014, entre Zurich e BH Airport, encerrado em 30 de junho de 2022;
- (ao) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (ap) Receitas aeroportuárias e ressarcimento de serviços;
- (aq) Gastos com consumo de água;
- (ar) Fatura de cartão de crédito;
- (as) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados no período subsequente;
- (at) Serviço de escriturações de ações;
- (au) Gastos com ação de ressarcimento de danos;
- (av) Benefício da previdência privada de colaboradores ativos e desligados;
- (aw) Contratação de derivativos;
- (ax) Gastos com transporte de valores;
- (ay) Aplicações financeiras e seus rendimentos;
- (az) Capital de giro e sua respectiva remuneração;
- (ba) Contrato de mútua cooperação e sua remuneração;
- (bb) Serviço de consultoria técnica; e
- (bc) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 27 membros.

# 11. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

# a) Investimentos em controladas e controladas em conjunto - Controladora

Controladas e		Local de constituição	Percentual de participação		
contraladas em conjunto	Atividade principal	e operação	30/09/2022	31/12/2021	
			·		
AutoBAn (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	-	
CIIS	Holding	Brasil (SP / RJ)	-	100,00%	
CPC	Holding	América Latina e Espanha	100,00%	99,00%	
Infra SP	Holding	Brasil (SP)	-	99,99%	
Inovap 5 (b)	Serviços	Brasil (SP)	100,00%	-	
Linha 15	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	80,00%	
Linhas 8 e 9	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	80,00%	
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%	
PRN	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%	
RDN	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	100,00%	100,00%	
Renovias (a) (*)	Concessão rodoviária	Brasil (SP/MG)	40,00%	-	
RioSP	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%	
RodoAnel Oeste (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	99,59%	-	
RS Holding	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%	
Samm (a)	Serviços	Brasil (SP / RJ / MG)	100,00%	99,90%	
SIP	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%	
SPCP (a)	Holding	Brasil (RJ)	65,58%	65,52%	
SPVias (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	-	
ViaCosteira	Concessão rodoviária	Brasil (SC)	100,00%	100,00%	
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%	
ViaMobilidade	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	83,34%	83,34%	
ViaOeste (b)	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	-	
ViaQuatro	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	75,00%	75,00%	
ViaRio (*)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	
VLT Carioca (a)	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (RJ)	90,81%	-	

- (\*) Controlada em conjunto
- (a) Investimento oriundo da incorporação da CIIS; e
- (b) Investimento oriundo da incorporação da Infra SP.

# a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investim (provisão para descobe	passivo a	Resultado líquio das inve		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
AutoBAn	3.364.519		3.364.524		4.169.344		497.460	
CIIS	-	605.734	-	605.259	(16.363)	2.809	(15.818)	2.831
CPC	5.076.200	4.993.979	5.073.699	4.941.821	(27.614)	(134.093)	(25.682)	(132.621)
Infra SP	-	2.401.532	-	2.401.446	3.792.243	628.703	3.792.681	628.701
Inovap 5	795	-	796	-	73	-	35	-
Linha 15	2.255	2.294	1.804	1.835	(39)	(52)	(31)	(42)
Linhas 8 e 9	110.337	16.496	88.271	13.197	66.067	(16.563)	52.854	(13.251)
NovaDutra	32.777	456.858	32.559	456.639	20.938	83.326	20.938	83.212
PRN	2.402	2.707	2.402	2.707	(305)	(520)	(305)	(520)
RDN	(1.747)	(48.534)	(1.747)	(48.530)	(8.213)	(229.358)	(8.217)	(228.921)
RDN (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	-	(982)
Renovias	467.648	-	187.059	-	389.530	-	136.182	-
Renovias (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	(3.529)	-
RioSP	2.316.766	2.035.803	2.316.647	2.035.803	280.440	-	280.321	-
RodoAnel Oeste	1.327.024	-	1.321.446	-	20.289	-	14.485	-
RS Holding	776.995	709.758	773.923	707.207	67.236	90.956	66.716	89.291
Samm	76.944	71.393	76.947	71.324	5.551	1.337	5.553	1.335
SIP	180	487	180	487	(307)	(233)	(307)	(233)
SPCP	402.298	403.399	263.837	264.294	(1.101)	(280)	(721)	(183)
SPVias	298.615	-	298.355	-	76.895	-	49.821	-
SPVias (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	18.908	-	-	-	(1.414)	-
ViaCosteira	1.054.486	1.000.251	1.050.444	996.476	70.603	28.431	70.336	26.584
ViaLagos	49.766	24.476	49.766	24.476	33.451	32.670	33.451	32.670
ViaMobilidade	178.880	123.053	149.077	102.551	55.864	26.134	46.557	21.780
VinOeste	333.624	-	333.608	-	128.810	-	54.059	-
ViaQuatro	1.103.839	871.889	827.798	653.835	244.493	871.900	183.370	653.925
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	489.519	509.932	-	-	(20.413)	(20.413)
ViaRio	110.321	123.813	72.983	81.977	(13.492)	3.907	(8.994)	2.633
VLT Carioca	625.176	-	567.658	-	27.318	-	33.855	-
VLT Carioca (Dir. concessão gerado na aquisição)			12.713				(316)	
Total de investimento líquido de provisão para passivo								
a descoberto	17.710.100	13.795.388	17.373.176	13.822.736	9.381.711	1.389.074	5.252.927	1.145.796

# a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Transação com sócios	Aumento/(redução) de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Outras movimentações (c)	Saldo final
	31/12/2021				30/09/2022			
AutoBAn	_	497.460	_	_	(1.299.669)	_	4.166.733	3.364.524
CIIS	605,259	(15.818)	6.021	73.057	-	(2.336)	(666,183)	-
CPC	4.941.821	(25,682)	(71.145) (b)	242.192	-	(61.322)	47.835	5.073.699
Infra SP	2.401.446	3.792.681	-	_		-	(6.194.127)	-
Inovap 5	-	35					761	796
Linha 15	1.835	(31)						1.804
Linhas 8 e 9	13.197	52.854	-	22.384	-	(164)	-	88.271
NovaDutra	456.639	20.938	-	(430.200)	(14.818)	-	-	32.559
PRN	2.707	(305)	-	-	-	-	-	2.402
RDN	(48.530)	(8.217)	-	55.000	-	-	-	(1.747)
RDN (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	-	-
Renovias	-	136.182		-	(18.374)	-	69.251	187.059
Renovias (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	(3.529)	-	-	-	-	3.529	-
RioSP	2.035.803	280.321		-	523	-	-	2.316.647
RodoAnel Oeste	-	14.485	-	-		-	1.306.961	1.321.446
RS Holding	707.207	66.716		-		-	-	773.923
Samm	71.324	5.553		-		-	70	76.947
SIP	487	(307)	-	-	-	-	-	180
SPCP	264.294	(721)	-	-	-	-	264	263.837
SPVias	-	49.821	-	-	(35.911)	-	284.445	298.355
SPVias (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	(1.414)	-	-	-	-	20.322	18.908
ViaCosteira	996.476	70.336	-	-	(16.368)	-	-	1.050.444
ViaLagos	24.476	33.451	-	-	(8.161)	-		49.766
ViaMobilidade	102.551	46.557	-	-	(31)	-	-	149.077
ViaOeste	-	54.059	-	-	-	-	279.549	333.608
ViaQuatro	653.835	183.370	-	-	(9.407)	-		827.798
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	509.932	(20.413)	-	-	-	-	-	489.519
ViaRio	81.977	(8.994)	-	-	-	-		72.983
VLT Carioca	-	33.855	13.811 (a)	28.261	-	-	491.731	567.658
VLT Carioca (Dir. concessão gerado na aquisição)		(316)					13.029	12.713
Total	13.822.736	5.252.927	(51.313)	(9.306)	(1.402.216)	(63.822)	(175.830)	17.373.176

- (a) Refere-se a incorporação da CIIS, aquisição de participação adicional ocorridos no primeiro semestre de 2022, e diluição de participação, passando a deter 90,81% em 30 de setembro de 2022;
- (b) A investida CPC fez aquisição adicional de 20% da sua controlada Barcas passando a deter o controle total da investida; e
- (c) Os saldos referem-se às incorporações da Infra SP e CIIS.

# a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

•		30/09/	2022		31/12	/2021	30/09/2021	
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro (prejuízo) líquido do período	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro (prejuízo) líquido do período
Aeris Holding	1.009.334	1.331.993	257.826	(86.500)	1.009.505	1.248.445	179.675	(83.026)
Aeropuertos	-	155.511	-	(36.763)	1	120.523	-	(35.286)
Alba Concessions	-	-	-	` -	1	2	-	(1.633)
Alba Participations	-	-	-	-	-	1	-	(3)
ATP	4.010	23.837	2.336	(3.799)	5.128	21.156	4.346	(891)
AutoBAn	7.968.770	4.604.251	7.409.358	4.169.344	2.830.490	2.335.646	1.790.539	496.650
Barcas	218.919	655.477	68.837	(151.500)	214.861	499.919 2.418.816	26.515	(84.332)
BH Airport Bloco Sul	2.478.169 3.085.526	2.591.807 2.212.328	323.752 253.602	(88.321) (93.618)	2.393.499 2.814.809	1.847.993	183.533	(145.230) (1.527)
Bloco Central	1.028.711	793.329	144.781	(37.154)	892.582	620.046	-	316
CAI	119.378	17.442		43.697	75.453	18.008	_	(37.205)
CAP	438.341	324.370	213.035	43.697	419.534	349.667	89.079	(37.205)
CARE	5	6.600	-	-	5	6.812	-	` -
CCR Costa Rica	21.626	178.380	-	(42.169)	22.323	138.246		(40.475)
CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones	30.483	178.382	-	(43.694)	33.122	138.248	-	(42.059)
CCR España Concesiones	417.548	178.486	-	(69.653)	463.054	139.132	-	(129.279)
CCR España Emprendimientos	1.466.711	228	-	423.219	1.072.052	742	-	14.207
Infra SP	-	-	-	3.792.243	2.405.969	4.437	-	628.703
Lam Vias	5.594	102.655	-	252 176	5.515	6 070	-	(28.362)
CCR USA ViaSul	120.916	103.655	-	353.176	188.557	6.079	£14 100	(12.566) 112.980
ViaSul Mobilidade	1.631.820	302.191	657.569	121.051	1.342.092	93.492	514.189	(48)
CIIS		-		(16.363)	649.186	43.452	-	2.809
CPA	74.943	3.500		20.478	54.232	3.672		(20.519)
CPC	5.580.784	504.584	9.882	(27.614)	5.558.640	564.661	123.618	(134.093)
Desarrollos	-	191.737	-	(45.326)	-	148.595	-	(43.506)
Five Trilhos	50.302	3.699	35.088	30.339	31.173	6.504	12.536	5.567
Green Airports	257.189	1.311	-	10.500	254.044	1.354	-	10.996
IBSA	508.026	510.653	-	(3)	501.331	504.039		(3)
IBSA Finance	507.071	507.653	-	-	500.339	500.939	-	-
Icaros	18	-	-	6	-	-	-	-
Inovap 5	871	76	-	73	811	89	-	8
Linha 15	2.257	2 005 252	-	(39)	2.295	1	-	(52)
Linhas 8 e 9 Metrô Bahia	2.915.689 5.795.274	2.805.352 3.952.521	685.371 687.031	66.067 93.697	1.727.253 5.673.781	1.710.757 3.924.725	702,034	(16.563) 131.811
MSVia	1.205.858	3.952.521 828.497	158.374	(206.093)	1.573.489	1.050.035	702.034 260.277	2.339
MTH	10.198	36	1.079	(208.093)	32.646	26	2.768	1.445
NovaDutra	86.780	54.003	102.436	20.938	563.301	106.443	590.513	83.326
ON Trilhos	4.333	1.402	3.495	2.930	505.501	100.115	5,0.515	05.520
Pampulha	59.489	14.411	13.459	1.245	561	551	_	
PRN	4.542	2.140	-	(305)	4.677	1.970	-	(520)
Quicko (a)		-	82	(7.945)	6.419	3.778	42	(27.048)
Quiport Holdings	641.361	190	-	76.061	578.753	39	-	6.627
RDN	14.017	15.764	-	(8.213)	32.915	81.449	818.009	(229.358)
RioSP	3.554.539	1.237.773	773.043	280.440	3.091.799	1.055.996	-	-
RodoAnel Oeste	2.086.439	759.416	280.065	20.289	2.177.415	870.680	256.445	31.390
RS Holding	1.381.492	604.497	-	67.236	1.301.146	591.388	= = = = = = = = = = = = = = = = = = = =	90.956
Samm SIO Holding	268.086	191.142	76.668	5.551	231.623	160.230	70.850	1.337
SJO Holding SIP	335.814 1.187	170.851 1.007	-	(44.398)	347.366 1.183	128.800 696	-	(42.775) (233)
SPAC	608	57.959	-	(45.128)	91	12.914	-	(74.157)
SPCP	402.454	156	-	(1.101)	403.967	568	-	(280)
SPVias	1.611.783	1.313.168	636.014	76.895	1.705.699	1.443.869	538.746	96.683
TAS (b)	-	-	339.149	(11.444)	326.796	253.934	444.401	100.131
Terminal	43.253	9.516	-	(2.249)	44.642	7.373	-	(2.159)
ViaCosteira	1.102.857	48.371	221.020	70.603	1.024.430	24.179	261.883	28.431
ViaLagos	294.326	244.560	129.581	33.451	271.782	247.306	110.557	32.670
ViaMobilidade	993.885	815.005	355.710	55.864	913.581	790.528	284.690	26.134
ViaOeste	968.410	634.786	1.106.492	128.810	749.403	544.589	867.623	(26.981)
ViaQuatro	3.209.834	2.105.995	766.898	244.493	3.029.482	2.157.593	1.578.312	871.900
Four Trilhos	10	1 004 45	205.55		2 224 515	1 500 0 :-	450.0	-
VLT Carioca Subtotal	2.426.672 56.446.512	1.801.496 33.051.511	305.633 16.017.666	9.209.870	2.201.613 51.756.416	1.709.348 28.660.483	178.366 9.889.546	35.140 1.515.182
Subiotai	30.440.512	33.031.311	10.017.006	9.209.870	31./30.416	28.000.483	9.889.546	1.515.182
Controladora	21.097.420	8,763,142	116.274	4.350.195	16.306.975	8.042.214	85.667	828.814
Eliminações	(27.304.801)	(4.247.254)	(135.169)	(9.192.254)	(26.706.947)	(3.912.053)	(216.332)	(1.380.683)
Consolidado	50.239.131	37.567.399	15.998.771	4.367.811	41.356.444	32.790.644	9.758.881	963.313

<sup>(</sup>a) Investimento alienado em 11 de abril de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.

<sup>(</sup>b) Investimento alienado em 25 de julho de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.

## b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em	Local de constituição	Percentual de	participação	
conjunto (a)	e operação	30/09/2022	31/12/2021	Atividade principal
Corporación Quiport	Equador	46,50%	46,50%	Concessão aeroportuária
Quiama	Ilhas Virgens Britânicas	50,00%	50,00%	Holding
IAF	Espanha	46,50%	46,50%	Holding
ViaRio	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil (SP)	40,00%	40,00%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	49,57%	49,57%	Serviços

(a) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

# b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investin (provisão par descob	a passivo a	Resultado líquio das controladas		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Corporación Quiport	1.180.604	1.213.303	548.272	563.139	164.860	15.378	77.261	7.319
Quiama	29.336	19.376	14.669	9.689	21.828	12.632	10.914	6.316
IAF	26.817	26.611	12.470	12.373	970	2.477	451	1.152
ViaRio	110.321	123.813	72.615	81.609	(13.492)	3.907	(8.994)	2.633
Renovias	467.648	124.065	187.056	49.619	389.528	140.088	155.811	56.035
Controlar	(2.079)	(1.449)	(1.009)	(696)	(636)	(448)_	(313)	(221)
Total	1.812.647	1.505.719	834.073	715.733	563.058	174.034	235.130	73.234
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio			116.410	132.367	<u> </u>		(13.138)	(19.959)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	1.812.647	1.505,719	950,483	848.100	563.058	174.034	221.992	53,275

#### b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	31/12/2021		30/09/2	022	
Corporación Quiport	563.139	77.261	(78.741)	(13.387)	548.272
Quiama	9.689	10.914	(6.218)	284	14.669
IAF	12.373	451	-	(354)	12.470
ViaRio	81.609	(8.994)	-	-	72.615
Renovias	49.619	155.811	(18.374)	-	187.056
Controlar	(696)	(313)		<u>-</u>	(1.009)
Total	715.733	235.130	(103.333)	(13.457)	834.073
Direito da concessão gerado na aquisição					
de negócio	132.367	(13.138)	<u> </u>	(2.819)	116.410
Total de investimento líquido de provisão					
para passivo a descoberto	848.100	221.992	(103.333)	(16.276)	950.483

# b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados não consideram a participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das empresas.

# Balanço patrimonial resumido

				30/09/2022			
	Corporación						<u>.</u>
	Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	200.181	3.624	6.336	19.922	23.697	238.493	136
Outros ativos	119.698	25.110	18.252	32.292	26.863	94.945	79
Total do ativo circulante	319.879	28.734	24.588	52.214	50.560	333.438	215
Ativo não circulante	4.032.055	1.176	-	2.107.470	887.872	319.902	74
Total ativo	4.351.934	29.910	24.588	2.159.684	938.432	653.340	289
Passivo							
Passivo circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	44.387	82.711	-	-
Outros passivos	182.460	574	14.484	24.369	17.087	76.200	-
Total do passivo circulante	182.460	574	14.484	68.756	99.798	76.200	-
Passivo não circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	2.064.111	430.753	-	-
Outros passivos	2.988.870	-	8.938	-	297.560	109.492	2.368
Total do passivo não circulante	2.988.870	-	8.938	2.064.111	728.313	109.492	2.368
Patrimônio líquido	1.180.604	29.336	1.166	26.817	110.321	467.648	(2.079)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.351.934	29.910	24.588	2.159.684	938.432	653.340	289

	31/12/2021									
	Corporación		Quiama							
	Quiport	Quiama	Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar			
Ativo			<u> </u>							
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	202.627	13.430	5.594	25.948	34.428	90.600	717			
Outros ativos	237.675	13.290	19.230	82.883	46.357	77.985	18			
Total do ativo circulante	440.302	26.720	24.824	108.831	80.785	168.585	735			
Ativo não circulante	4.159.507	1.054	-	2.264.419	902.929	22.607	(20)			
Total ativo	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715			
Passivo										
Passivo circulante										
Passivos financeiros (1)	-	-	-	100.518	72.807	-	-			
Outros passivos	229.487	8.398	14.556	76.415	13.766	63.574	6			
Total do passivo circulante	229.487	8.398	14.556	176.933	86.573	63.574	6			
Passivo não circulante										
Passivos financeiros (1)	-	-	-	2.164.219	501.296	-	-			
Outros passivos	3.157.019	-	9.228	5.487	272.032	3.553	2.158			
Total do passivo não circulante	3.157.019	-	9.228	2.169.706	773.328	3.553	2.158			
Patrimônio líquido	1.213.303	19.376	1.040	26.611	123.813	124.065	(1.449)			
Total do passivo e patrimônio líquido	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715			

<sup>(1)</sup> Refere-se ao saldo de empréstimos e debêntures

# Demonstração do resultado resumida

	30/09/2022								
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar		
Receitas	591.976	23.860	54.162	-	127.406	782.325	_		
Depreciação e amortização	(91.374)	-	-	-	(24.484)	(69.817)	-		
Receitas financeiras	9.288	-	-	186.159	4.615	15.855	22		
Despesas financeiras	(169.477)	(6)	(36)	(184.288)	(89.431)	(225)	-		
Resultado de operações antes dos impostos	164.860	21.828	152	1.256	(20.485)	587.740	(692)		
IR e CS	-	-	-	(286)	6.993	(198.212)	56		
Resultado de operações	164.860	21.828	152	970	(13.492)	389.528	(636)		
Outros resultados abrangentes	(28.789)	568	22	(761)	-	-	-		
Resultado abrangente do período	136.071	22.396	174	209	(13.492)	389.528	(636)		

	30/09/2021						
	Corporación		Quiama				
	Quiport	Quiama	Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	476.501	14.402	51.608	-	116.414	353.230	-
Depreciação e amortização	(67.133)	-	-	-	(23.898)	(21.265)	-
Receitas financeiras	10.125	-	-	197.503	1.044	2.543	83
Despesas financeiras	(202.923)	(10)	(48)	(193.217)	(42.174)	(120)	-
Resultado de operações antes dos impostos	15.378	12.632	200	1.714	6.113	211.453	(448)
IR e CS	-	-	-	763	(2.206)	(71.365)	-
Resultado de operações	15.378	12.632	200	2.477	3.907	140.088	(448)
Outros resultados abrangentes	322.569	22.754	330	4.139	-	-	-
Resultado abrangente do período	337.947	35.386	530	6.616	3.907	140.088	(448)

## c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão, cujas movimentações relevantes ocorridas desde 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir e devem ser lidas como uma sequência da redação completa, divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, respeitando os mesmos títulos de cada processo:

#### a) RDN

# i. Redução de tarifa - receita maior (ação civil pública nº 2007.70.00.005416-9)

Em 25 de março de 2022, foi proferido despacho intimando o Estado do Paraná e o DER a se manifestarem sobre o pedido de suspensão do feito e remessa ao Núcleo de Mediação. Em 1º de abril de 2022, o Estado do Paraná e o DER peticionaram para concordar com a remessa dos autos ao Núcleo de Mediação. Em 4 de abril de 2022, a Procuradoria, o Ministério Público e a AGU foram intimados.

Em 27 de setembro de 2022, o Estado do Paraná apresentou a manifestação informando que as partes permanecem dialogando para celebração do acordo, razão pela qual manifesta interesse na suspensão do feito e remessa dos autos à origem.

Em 28 de setembro de 2022, a Concessionária apresentou petição reiterando o pedido de suspensão do presente feito, bem como requereu que seja determinada a remessa dos autos ao Núcleo de Conciliação do Egrégio Tribunal Regional Federal – 4ª Região (TRF4), para fins de autocomposição pelas partes. Aguarda-se a intimação da RDN e início do prazo para novo pedido de suspensão do feito e remessa ao Núcleo de Conciliação.

# ii. Processo administrativo de responsabilização, suspensão cautelar do direito de licitar e medida cautelar decretada pelo TCE/PR

A decisão que havia deferido a liminar, em 17 de setembro de 2020, para determinar a suspensão do PAR, enquanto vigente o acordo de leniência, foi cassada em 27 de outubro de 2020. A RDN apresentou recurso de agravo direcionado ao Tribunal. Em razão da decisão de mérito proferida no âmbito do PAR pelo Controlador-Geral do Estado do Paraná, o mandado de segurança nº 0003893-68.2020.8.16.0004 foi extinto por perda superveniente de objeto, em 21 de março de 2022.

De seu turno, em 28 de outubro de 2021, a RDN teve conhecimento de decisão cautelar emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) no âmbito do processo nº 314.020/20, que decretou a inidoneidade das atuais concessionárias no Estado do Paraná e a consequente proibição de contratarem com o Poder Público Estadual até a apreciação do mérito de denúncia formulada no âmbito do TCE/PR, conforme fato relevante emitido pela Companhia na mesma data.

Em 13 de dezembro de 2021, a RDN apresentou perante o TCE/PR suas razões de contraditório. Aguarda-se a instrução do processo e julgamento de Agravo interposto pela RDN com vistas a revogar a medida cautelar concedida. O pedido liminar formulado em sede de Agravo não foi apreciado até o momento e o recurso pautado para julgamento na sessão virtual que ocorreria entre os dias 18 de julho de 2022 e 21 de julho de 2022, foi retirado de pauta no dia 21 de julho de 2022, de modo que aguarda-se definição de nova data.

#### iii. Lei nº 13.103/2015 (suspensão de cobrança da tarifa sobre o eixo suspenso)

Em 7 de janeiro de 2022, foi juntado aos autos o termo de audiência de mediação ocorrida em 16 de dezembro de 2021, suspendendo o processo, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4 (no âmbito do processo SEI nº 0010575-42.2021.4.04.8000).

# iv. Ação de procedimento comum nº 1050217-49.2020.4.01.3400 - invalidade da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR nº 3/2019

Em 4 de maio de 2022, o DNIT apresentou contestação. Em 13 de junho de 2022, a RDN apresentou réplica a contestação. Aguarda-se próximos andamentos na fase de instrução.

# v. Ação Ordinária nº 5061296-37.2020.4.04.7000 – reajuste da tarifa de pedágio, contratualmente prevista, para o ano de 2020

Em 7 de janeiro de 2022, foi juntado aos autos o termo de audiência de mediação ocorrida em 16 de dezembro de 2021, suspendendo o processo, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4 (no âmbito do processo SEI nº 0010575-42.2021.4.04.8000).

#### vi. Ação nº 5077418-91.2021.4.04.7000 (Notificação Judicial)

Em 21 de março de 2022, a RDN peticionou para requerer a extinção do feito, uma vez que, com a devolução dos bens da concessão ao Poder Concedente, a notificação perdeu o objeto. Na mesma data, os autos foram arquivados.

## vii. Ação Civil Pública nº 5079396-06.2021.4.04.7000 (Canalização)

Em 21 de janeiro de 2022, embora a RDN tenha cumprido com as obrigações determinadas na antecipação de tutela, foi apresentada contestação requerendo a improcedência da ação em razão da imposição de obrigações não previstas no contrato de concessão e sejam liquidados, após a prolação da sentença, os prejuízos financeiros causados à RDN em decorrência do cumprimento da decisão liminar. A tramitação do processo encontra-se suspensa, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4.

Porém, em 11 de março de 2022, a RDN peticionou para informar sobre o cumprimento integral do plano de canalização.

Mesmo com o processo suspenso, em 21 de março de 2022, o Estado do Paraná e o DER/PR apresentaram réplica, e a RDN apresentou manifestação em 26 de abril de 2022, oportunidade em que novamente reforçou a suspensão processual em razão da tramitação do procedimento de mediação junto ao TRF4.

### viii. Ação nº 5077425-83.2021.4.04.7000 (Interpelação Judicial)

Em 20 de junho de 2022, foi proferido despacho em provas. Em 28 de junho de 2022, a ANTT informou não ter mais provas a produzir. Em 7 de julho de 2022, a RDN informou não ter interesse na produção de outras provas, requerendo a sua intimação para apresentação de alegações finais no prazo de 15 dias.

Em 8 de julho de 2022, os autos foram remetidos à conclusão. Aguarda-se intimação

das partes para alegações finais.

### b) AutoBAn

#### i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em 22 de fevereiro de 2022, a AutoBAn realizou o depósito dos honorários devidos ao Estado de São Paulo. Após a execução dos honorários devidos ao Estado de São Paulo e à ARTESP, em 5 de agosto de 2022, os autos foram arquivados definitivamente.

#### ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em 16 de março de 2022, foi deferido o pedido de suspensão da ação pelo prazo de 6 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAn requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

Em 8 de junho de 2022, foi proferido acórdão extinguindo o feito sem resolução do mérito.

Em 18 de agosto de 2022, foi certificado o trânsito em julgado e os autos baixados à 1<sup>a</sup> instância

Em 24 de agosto de 2022, foi proferido despacho intimando as partes ao cumprimento do acórdão.

Em 10 de outubro de 2022, a AutoBAn apresentou petição de cumprimento de sentença, para fins de execução do reembolso das custas despendidas no decorrer do processo e dos honorários de sucumbência devidos pelo Estado de São Paulo e a ARTESP.

#### iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAn requereu, no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual. Em 18 de abril de 2022, o Estado de São Paulo peticionou para concordar com o pedido de extinção do feito e requerer que sejam arbitrados os honorários sucumbenciais pertinentes.

Em 10 de maio de 2022, o juízo de 1ª instância proferiu despacho determinando a remessa dos autos à 3ª Câmara do Tribunal de Justiça, considerando a desistência das partes quanto à realização da prova pericial. Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo apresentou petição pedindo a desconsideração da sua manifestação anterior, em que requeria a fixação de honorários de sucumbência e concordando com a perda de objeto da ação. Aguarda-se apreciação da perda de objeto.

# iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAn requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência da ação.

Em 12 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para manifestar concordância com o pedido de desistência, mas requerendo a condenação da AutoBAn em honorários sucumbenciais. Em 5 de maio de 2022, a AutoBAn se manifestou para discordar do pedido de condenação em honorários de sucumbência. Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordar com a petição da AutoBAn a respeito da inexistência de direito à fixação de honorários de sucumbência.

Em 16 de maio de 2022, foi proferida sentença julgando a demanda extinta sem resolução do mérito em razão da perda de objeto e sem condenação da AutoBAn em honorários de sucumbência.

Em 3 de agosto de 2022, a AutoBAn foi intimada a se manifestar sobre os honorários periciais depositados em juízo, já que a prova pericial não chegou a ser produzida.

Em 19 de agosto de 2022, foi certificado o levantamento do depósito judicial dos honorários periciais em nome da AutoBAn.

Em 25 de agosto de 2022, os autos foram arquivados definitivamente.

# v. Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso, o que ocorreu em 7 de abril de 2022. Aguarda-se a intimação da AutoBAn para apresentar resposta à referida manifestação do Ministério Público.

# c) SPVias

#### i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em 12 de janeiro de 2022, a SPVias requereu o arquivamento dos autos, tendo em vista que os honorários de sucumbência já haviam sido levantados pelo Estado.

Em 15 de junho 2022, foi publicado despacho intimando o Estado de São Paulo e a ARTESP a se manifestarem sobre o valor depositado pela SPVias referente a honorários de sucumbência. Aguarda-se manifestação do Estado para arquivamento do feito.

### ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a SPVias requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

Em 29 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para discordar do pedido formulado pela SPVias de extinção do feito sem resolução do mérito por perda de objeto em razão do acordo firmado, requerendo que o feito seja extinto com resolução do mérito.

Em 4 de maio de 2022, foi proferida decisão determinando que as manifestações da SPVias e da ARTESP a respeito do acordo e extinção sejam acostadas aos autos principais da apelação, tornando os autos conclusos para fins de homologação.

Em 12 de maio de 2022, a Procuradoria Geral do Estado apresentou petição concordando com o pedido de desistência.

Em 22 de agosto de 2022, a SPVias peticionou para reiterar o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito e requerer a manutenção da condenação em honorários de sucumbência fixada no acórdão, especialmente com base no art. 24, §4º do Estatuto da OAB, sendo que o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para discordar do pedido de manutenção dos honorários e reiterar o pedido de extinção da ação com resolução do mérito mediante homologação do acordo.

Em 29 de agosto 2022, a Desembargadora Relatora determinou, monocraticamente, a suspensão do processo por 30 dias, para resolução entre as partes. Atualmente o processo encontra-se suspenso para que as partes cheguem a um acordo a respeito dos honorários de sucumbência, considerando o acordo firmado.

#### iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a SPVias requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência da ação.

Em 13 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordarem com o pedido de desistência da ação.

Em 27 de abril de 2022, foi proferida sentença homologando o pedido de desistência e extinguindo o processo sem resolução do mérito. Em 3 de maio de 2022, foi certificado o trânsito em julgado da sentença.

Em 19 de agosto de 2022, foi certificado o levantamento do depósito judicial dos honorários periciais em nome da SPVias.

Em 30 de agosto de 2022, os autos foram arquivados definitivamente.

#### d) Barcas

# i. Ação de rescisão de contrato de concessão (com pedido de concessão de tutela de urgência), processo nº 0431063-14.2016.8.19.0001

Em 15 de setembro de 2020, foi proferida decisão determinando que se aguarde o julgamento dos agravos de instrumento interpostos contra a decisão saneadora para o prosseguimento da ação de rescisão. Em 9 de dezembro de 2020, o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público não foi conhecido. Em 13 de julho de 2021, o Ministério Público opôs embargos de declaração contra o acórdão, em face da qual Barcas apresentou resposta. Em 30 de março de 2022, os embargos do Ministério Público foram rejeitados.

#### e) MSVia

### i. Relicitação

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão.

Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER — Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação.

### ii. Ação de Nulidade de Sentença Arbitral

Em 15 de março de 2022, o processo foi extinto, tendo sido arquivado definitivamente em 6 de maio de 2022.

# f) NovaDutra

# i. Reequilíbrio - Remuneração de Projetos Executivos

Em 8 de abril de 2022, a NovaDutra protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial. Aguarda-se a apreciação da Agência sobre a minuta do acordo. No âmbito judicial, as partes estão avaliando a pertinência em realizar um pedido conjunto de suspensão do processo até que a questão do acordo seja resolvida.

# ii. Reequilíbrio - Tolerância de Peso

Em 13 de setembro de 2019, a NovaDutra ajuizou ação declaratória (processo nº 5016911-49.2019.4.03.6100), perante a 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, contra a União Federal e a ANTT visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999 que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Em 21 de novembro de 2019, foram apresentadas contestações pela União Federal e pela ANTT. Em 29 de janeiro de 2020, foi proferida decisão no âmbito da referida ação judicial indeferindo a tutela de urgência. Em 21 de fevereiro de 2020, foi protocolizada réplica pela NovaDutra e petição requerendo a produção de prova. Em 6 de março de 2020, foi interposto agravo de instrumento, nº 5005479-63.2020.4.03.0000, em face desta decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência. Considerando o fim do prazo original da concessão, a NovaDutra apresentou pedido de desistência do agravo de instrumento, em 27 de maio de 2021.

Em 18 de janeiro de 2022, a NovaDutra peticionou requerendo o prosseguimento da ação, com a prolação de decisão saneadora.

Em 30 de agosto de 2022, foi proferida decisão saneadora (i) deferindo a produção de provas periciais contábeis e de engenharia requeridas pela NovaDutra; (ii) nomeando os peritos para cada especialidade e determinando a intimação dos mesmos para que informem se aceitam o encargo; e (iii) determinando a posterior intimação das partes para que nomeiem assistentes técnicos e apresentem quesitos.

#### g) ViaOeste

### i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em 7 de fevereiro de 2022, foi publicada decisão que determinou que o Estado de São Paulo procedesse ao levantamento dos valores depositados pela ViaOeste.

Em 19 de agosto de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordar com o valor depositado pela ViaOeste e requerer a expedição de mandado de levantamento eletrônico, o que foi deferido na mesma data.

Aguarda-se decisão de expedição de mandado de levantamento dos honorários, para posterior arquivamento dos autos.

# ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência do recurso.

Em 12 de maio de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação concordando com a perda de objeto, mas não se opondo ao julgamento da sua apelação que trata da majoração dos honorários.

Em 24 de junho de 2022, o processo foi incluído na pauta da sessão de julgamento do dia 6 de julho de 2022. Em 4 de julho de 2022, a ViaOeste peticionou para alegar que houve perda de objeto do recurso de apelação interposto pelo Estado. O julgamento, que ocorreria em 6 de julho de 2022, foi retirado de pauta.

O julgamento dos recursos de apelação foi iniciado na sessão realizada em 17 de agosto de 2022, oportunidade em que foi instaurada divergência (de dois votos a um, por negarem conhecimento à apelação do Estado referente aos honorários) e solicitada vistas dos autos pelo 4º e o 5º juízes, em julgamento estendido.

Na sessão de julgamento ocorrida em 30 de agosto de 2022, por maioria de votos, a 12ª Câmara de Direito Público decidiu homologar o pedido de desistência do recurso de apelação interposto pela Concessionária e julgar prejudicado o recurso de apelação interposto pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, que pretendia a majoração dos honorários de sucumbência fixados em sentença.

### iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência do recurso.

# iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência da ação.

Em 24 de maio de 2022, foi proferido despacho determinando a intimação da ARTESP e do Estado de São Paulo para se manifestarem quanto à petição da ViaOeste requerendo a homologação do acordo e extinção do processo. Em 27 de maio de 2022, a Fazenda Pública se manifestou concordando com o pedido da Concessionária de extinção da ação por perda superveniente do objeto.

Em 11 de julho de 2022, foi proferida sentença julgando o feito extinto sem resolução do mérito por perda de objeto. Aguarda-se trânsito em julgado e arquivamento do feito.

#### h) ViaQuatro

# i. Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo)

Em 14 de março de 2022, foi proferida decisão que negou provimento ao agravo interno da ViaQuatro, no qual se questionava a inclusão, no polo passivo, dos ex-diretores da CCR que assinaram o contrato de concessão. Em 13 de abril de 2022, referida decisão transitou em julgado e baixa definitiva dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

#### i) Controlar

### i. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053

Em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela lei nº 8.249/1995 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais. Aguarda-se decisão sobre a manifestação, bem como, sobre a competência para processar e julgar o feito ante o conflito de competência pontuado anteriormente.

#### j) Renovias

# i. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 24 de fevereiro de 2022, foi publicado despacho intimando as partes a se manifestarem acerca da proposta de honorários periciais. Em 3 de março de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram impugnação à proposta de honorários periciais.

Em 20 de setembro de 2022, a Renovias peticionou para informar sobre a assinatura do TAM 21/2022 e requerer a extinção do feito por perda de objeto.

Aguarda-se apreciação do pedido de extinção do feito por perda de objeto em razão do acordo firmado entre as partes no TAM 21/2022, que engloba o 1º biênio objeto da ação judicial.

### ii. Reajuste Tarifário de 2013

Após manifestação da Renovias no sentido de concordar com as conclusões do laudo complementar do perito, em 28 de março de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram nova impugnação aos esclarecimentos periciais.

Em 5 de outubro de 2022, foi proferido despacho determinando a intimação do perito para apresentar esclarecimentos às manifestações ao laudo apresentadas pelas partes. Aguarda-se intimação do perito.

### iii. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06

Em sessão de julgamento ocorrida em 22 de março de 2022, os segundos embargos de declaração da Renovias foram rejeitados, por unanimidade.

Em 27 de junho de 2022, a Renovias interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário.

### k) ViaRio

Foram instaurados, e apenas um permanece em andamento no âmbito dos órgãos municipais, os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão:

# i. Processo Administrativo nº 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro)

Em 21 de abril de 2021, foi recebido ofício da SMTR dando conta da suspensão do processo de sobrepreço até o término da fase instrutória do PAR determinado pela decisão proferida na ação de Mandado de Segurança ajuizado pela concessionária. Aguarda-se a manifestação da SMTR acerca da defesa prévia e provas apresentadas pela ViaRio bem como em face das demais decisões proferidas nos processos administrativos de responsabilização perante a Controladoria Geral do Município bem como a representação sobre o tema que tramitou no Tribunal de Contas do Município, que foram devidamente informadas pela ViaRio, através de petição, em 18 de janeiro de 2022, sobre o arquivamento do PAR e reiterando o pedido de arquivamento também do processo perante a SMTR. Tais manifestações da ViaRio seguem pendentes de análise pelo Município.

# ii. Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2020 (Controladoria Geral do Município)

Em 4 de janeiro de 2022, foi proferida a decisão final pelo Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro (Despacho Técnico CGM nº 001/2021), pela (i) exclusão das pessoas jurídicas investigadas no âmbito do PAR, tendo em vista que não foram comprovadas as práticas de atos lesivos; e consequente (ii) arquivamento do PAR. A referida decisão foi publicada no Diário Oficial do Município em 6 de janeiro de 2022.

Em 10 de março de 2022, foi expedido o Mandado de Notificação nº 02/2022 para comunicar a ViaRio acerca da decisão de arquivamento. Em 6 de junho de 2022, os autos foram encaminhados ao arquivo.

# iii. Processo nº 0189152-64.2020.8.19.0001 – Ação Popular – nulidade do contrato de concessão

Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e atualmente aguarda-se julgamento.

# iv. Reajustes tarifários de 2020, 2021 e 2022

Em 15 de março de 2022, foi distribuída ação judicial (autos nº 0059071-56.2022.8.0001) referente a aplicação do reajuste tarifário correspondente ao ano de 2022. A tutela antecipada novamente não foi concedida em 1ª Instância. Em face dessa decisão, a ViaRio interpôs agravo de instrumento em 13 de abril de 2022 (agravo nº 0025997-14.2022.8.19.0000). Aguarda-se a apreciação da tutela recursal requerida pela concessionária. Diante do cenário, a ViaRio não aplicou o reajuste tarifário correspondente ao ano 2022.

### 1) VLT Carioca

#### i. Rescisão de contrato de concessão

Em 7 de maio de 2021, foi deferido, pelo Presidente do STJ, o pedido formulado pelo Município no âmbito da Suspensão de Liminar nº 2927, suspendendo o acórdão do TJRJ que confirmou a liminar deferida na origem. Em 31 de maio de 2021, o VLT Carioca interpôs agravo interno, em face dessa decisão, o qual teve seu provimento negado. Em 1º de fevereiro de 2022, o VLT Carioca apresentou embargos declaratórios em face da decisão que negou provimento ao seu agravo interno. Em 7 de junho de 2022, a Corte Especial rejeitou os embargos de declaração, e o VLT Carioca não apresentou recurso.

Em 8 de março de 2022, o perito se manifestou sobre as impugnações e pedido de esclarecimentos. Em 27 de abril de 2022, a CDURP apresentou nova impugnação aos honorários periciais. Em 2 de maio de 2022, o VLT Carioca apresentou impugnação aos honorários periciais.

Em 12 de maio de 2022, antes da nova manifestação do perito, as partes peticionaram informando estarem em curso as tratativas para a busca de uma solução consensual para o litígio e pediram a suspensão do processo por 90 dias. Após a ratificação pelo VLT Carioca e a ciência do Ministério Público, em 15 de junho de 2022, foi proferido despacho suspendendo o processo. Atualmente o processo encontra-se suspenso, a pedido das partes.

#### ii. Procedimento Arbitral CCBC nº 87/2019/SEC3

Em 10 de maio de 2022, as partes solicitaram a suspensão do feito até o dia 31 de maio de 2022, o que foi deferido pelo Tribunal. No dia 21 de maio de 2022, a requerida OM, em consenso com a requerente OTP e as requeridas (CIIS - incorporada pela CCR e VLT Carioca), solicitou nova suspensão do feito até o dia 30 de julho de 2022, o que também foi deferido pelo Tribunal Arbitral.

### m) ViaLagos

# i. Ações Populares e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ – 8º e 10º aditivos contratuais

Em 4 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, o que foi cumprido pela ViaLagos. Em 24 de fevereiro de 2022, o Autor Popular requereu, no âmbito da Ação Popular, a suspensão da realização da prova pericial. Em 28 de fevereiro de 2022, a ViaLagos apresentou impugnação em face do pedido do Autor Popular e, em seguida o Estado apresentou seus quesitos e assistente técnico.

Referidos aditivos contratuais também são objeto de processos que tramitam perante o TCE/RJ. Em 2 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisões (i) determinando a instauração de Auditoria Extraordinária para fins de subsidiar o exame do 8° Termo Aditivo, e os termos que o sucederam, bem como (ii) decretando o sobrestamento do reequilíbrio econômico-financeiro empreendido desde a celebração do 8° Termo Aditivo, concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do Contrato de Concessão nº 43/1996, decisão essa passível de recurso, com efeito suspensivo.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como

forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste – reformando-se, assim, a decisão anterior proferida em 2 de fevereiro de 2022.

A despeito disso, o Plenário entendeu que seria necessário remeter essa análise para a auditoria extraordinária governamental que será conduzida nos autos do processo administrativo TCE-RJ nº 100167-4/2012.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a "Relicitação" na MSVia.

# 12. Ativo Imobilizado - Consolidado

	_	31/12/2021			30/09/20	)22		
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Variação cambial	Saldo final
Valor de custo								
Móveis e utensílios		92.268	-	(2.116)	2.507	(15.844)	(285)	76.530
Máquinas e equipamentos		588.619	2.214	(13.190)	28.162	(82.945)	(3.539)	519.321
Veículos		173.698	-	(11.665)	10.449	(374)	888	172.996
Instalações e edificações		38.426	-	(97)	6.951	(7.547)	829	38.562
Terrenos		415.713	-	-	-	-	-	415.713
Equipamentos operacionais		750.688	-	(15.454)	27.282	(1.452)	-	761.064
Embarcações		56.315	-	-	-	-	(9.182)	47.133
Fibra óptica		28.483	-	-	3.689	-	-	32.172
Imobilizações em andamento	<u> </u>	138.891	150.424	(53)	(75.952)	636	<u> </u>	213.946
Total custo	_	2.283.101	152.638	(42.575)	3.088	(107.526)	(11.289)	2.277.437
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(51.075)	(5.472)	2.054	60	8.227	(175)	(46.381)
Máquinas e equipamentos	13	(439.285)	(36.127)	13.002	(56)	63.484	1.544	(397.438)
Veículos	25	(140.035)	(14.299)	11.249	371	-	(1.076)	(143.790)
Instalações e edificações	4	(11.734)	(1.279)	97	-	4.038	(1.163)	(10.041)
Equipamentos operacionais	12	(605.256)	(33.665)	15.266	-	-	-	(623.655)
Embarcações	2	(49.110)	(808)	-	-	-	8.033	(41.885)
Fibra óptica	5	(7.288)	(1.143)	-		_	_	(8.431)
Total de pre ciação	_	(1.303.783)	(92.793)	41.668	375	75.749	7.163	(1.271.621)
Total geral		979.318	59.845	(907)	3.463	(31.777)	(4.126)	1.005.816
	_							

31/12/2020 31/12/2021

	Taxa média anual						Ajustes de	
	de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	conversão	Saldo final
Valor de custo								
		00.101	06	(2.200)	12.257	(20.4)	1 217	02.260
Móveis e utensílios		80.181	96	(2.399)	13.357	(284)	1.317	92.268
Máquinas e equipamentos		571.376	3.170	(22.663)	58.027	(28.357)	7.066	588.619
Veículos		167.636	904	(23.993)	34.768	(5.898)	281	173.698
Instalações e edificações		26.354	-	-	11.279	-	793	38.426
Terrenos		418.207	-	(1.640)	(854)	-	-	415.713
Equipamentos operacionais		686.549	-	(15.159)	93.545	(14.247)	-	750.688
Embarcações		56.822	-	-	-	-	(507)	56.315
Fibra óptica		24.717	-	(19)	3.785	-	-	28.483
Imobilizações em andamento		175.916	142.077	(574)	(178.531)	3	-	138.891
Total custo		2.207.758	146.247	(66.447)	35.376	(48.783)	8.950	2.283.101
***								
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(46.136)	(6.579)	2.213	(52)	-	(521)	(51.075)
Máquinas e equipamentos	13	(393.852)	(59.142)	20.065	(1.158)	-	(5.198)	(439.285)
Veículos	24	(129.518)	(34.229)	23.608	156	-	(52)	(140.035)
Instalações e edificações	3	(9.419)	(1.936)	-	-	-	(379)	(11.734)
Equipamentos operacionais	12	(558.590)	(59.959)	13.471	(178)	-	-	(605.256)
Embarcações	2	(48.295)	(1.258)	-	-	-	443	(49.110)
Fibra óptica	5	(5.976)	(1.316)	4	-	-	-	(7.288)
Total depreciação		(1.191.786)	(164.419)	59.361	(1.232)	-	(5.707)	(1.303.783)
Total geral		1.015.972	(18.172)	(7.086)	34.144	(48.783)	3.243	979.318
-								

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e
- (b) O montante de R\$ 31.777 refere-se, principalmente, a:
  - Baixa da empresa Toronto devido a alienação, no montante de R\$ 1.045; e
  - Baixa da empresa TAS devido a alienação, no montante de R\$ 29.704.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.894 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 1.777 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021). As taxas médias de capitalização nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 foram de 0,72% a.m. e 0,45% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias).

# 13. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	31/12/2021			30/09/2022			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Ajustes de conversão	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	23.501.755	31.205	(5.685)	391.333	5.228.614 (e)	(16.891)	29.130.331
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	279.192	=	-	97	-	-	279.289
Direitos de uso de sistemas informatizados	323.357	157	(156)	26.318	(8.898) (e)	(827)	339.951
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	33.182	32.328	(10)	(24.857)	(2.068) (e)	-	38.575
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.594	=	-	(5.007)	-	-	32.587
Cessão de fibra óptica e conectividade	112.527	4.563	-	-	(4.646) (e)	-	112.444
Direito de concessão	7.620.611	34.752 (j)	-	-	-	-	7.655.363
Transmissão de dados de radiofrequência	5.549	-	-	-	-	-	5.549
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio							
Aeris	286.742	-	-	-	-	(8.608)	278.134
ViaQuatro	641.484	=	-	-	-	-	641.484
RDN	14.988	=	-	-	-	-	14.988
SPVias	1.167.354	=	-	-	-	-	1.167.354
Barcas	11.382	=	-	-	-	-	11.382
ViaOeste	251.709	=	-	-	-	-	251.709
VLT Carioca	14.530	=	-	-	-	-	14.530
Quiport Holdings	33.656	-	-	-	-	(1.049)	32.607
Aeroporto Internacional de Curação	114.613	=	-	-	-	(2.250)	112.363
TAS (d)	114.298		(110.740)	<u> </u>		(3.558)	
Total custo	34.564.523	103.005	(116.591)	387.884	5.213.002	(33.183)	40.118.640

	_	31/12/2021				30/09/2022			
	Taxa mé dia anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Trans fe rê ncias (a)	Provisão para perda por <i>Impairment</i> (k)	Outros	Ajustes de conversão	Saldo final
Valor de amortização									
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(12.472.806)	(796.927)	137	(5.418)	(236.667)	-	52.637	(13.459.044)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	(c)	(262.467)	(10.784)	-	-	-	-	-	(273.251)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(255.302)	(22.698)	293	(5.005)	-	5.550	290	(276.872)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(37.259)	(119)	-	5.007	-	-	-	(32.371)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(77.603)	(5.051)	-	-	-	-	-	(82.654)
Direito de concessão	(b)	(208.983)	(100.050)	-	-	-	-	-	(309.033)
Transmissão de dados de radiofrequência	(f)	(4.817)	(505)	-	-	-	-	-	(5.322)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio		-							
Aeris (c)		(123.148)	(25.608)	-	-	-	-	2.293	(146.463)
ViaQuatro (b)		(131.553)	(20.413)	-	-	-	-	-	(151.966)
RDN (b)		(14.990)	-	-	-	-	-	-	(14.990)
SPVias (b)		(601.974)	(53.962)	-	-	-	-	-	(655.936)
ViaOeste (b)		(229.679)	(16.215)	-	-	-	-	-	(245.894)
Barcas (c)		(10.132)	(807)	-	-	-	-	-	(10.939)
VLT Carioca (b)		(1.350)	(467)	-	-	-	-	-	(1.817)
Quiport Holdings (c)		(8.138)	(921)	-	-	-	-	205	(8.854)
Aeroporto Internacional de Curação (c)	_	(53.813)	(3.796)		<u>-</u>			839	(56.770)
Total amortização	-	(14.494.014)	(1.058.323)	430	(5.416)	(236.667)	5.550	56.264	(15.732.176)
Total intangível	-	20.070.509	(955.318)	(116.161)	382.468	(236.667)	5.218.552	23.081	24.386.464
Infraestrutura em construção (i)		1.277.316	1.712.765	(39.366)	(385.931)	(84.083)	(100.251) (e)	(72.752)	2.307.698

						Ajustes de	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (h)	conversão	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	21.577.221	1.287.064 (g)	(8.376)	1.954.642	(1.509.337)	200.541	23.501.755
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	272.143	-	(118)	135	7.032	-	279.192
Direitos de uso de sistemas informatizados	267.971	1.497	(3.520)	57.303	(855)	961	323.357
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	74.225	35.673	(325)	(76.003)	(388)	-	33.182
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.390	-	-	204	-	-	37.594
Cessão de fibra óptica e conectividade	117.533	26.500	-	-	(31.506)	-	112.527
Direito de concessão	1.613.314	6.007.297	-	-	-	-	7.620.611
Transmissão de dados de radiofrequência	5.140	409	-	-	-	-	5.549
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio							
Aeris	267.745	-	-	-	-	18.997	286.742
ViaQuatro	641.484	-	-	-	-	-	641.484
RDN	14.988	-	-	-	-	-	14.988
SPVias	1.167.354	-	-	-	-	-	1.167.354
Barcas	11.382	-	-	-	-	-	11.382
ViaOeste	251.709	-	-	-	-	-	251.709
VLT Carioca	14.530	-	-	-	-	-	14.530
Quiport Holdings	31.341	-	-	-	-	2.315	33.656
Aeroporto Internacional de Curação	109.656	-	-	-	-	4.957	114.613
TAS (d)	106.437	<u> </u>	_		_	7.861	114.298
Total custo	26.581.563	7.358.440	(12.339)	1.936.281	(1.535.054)	235.632	34.564.523

31/12/2020

31/12/2021

	_	31/12/2020				31/12/2021			
	Taxa mé dia anual de amortização %	Saldo inicial	Novas Aquisições	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (h)	Ajustes de conversão	Saldo final
Valor de amortização									
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(9.702.342)	-	(2.654.404) (g)	59	560	4.488	(121.167)	(12.472.806)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	(c)	(245.963)	-	(16.608)	104	-	-	-	(262.467)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(220.891)	-	(35.216)	425	672	-	(292)	(255.302)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(36.794)	-	(465)	-	-	-	-	(37.259)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(59.344)	-	(18.259)	-	-	-	-	(77.603)
Direito de concessão	(b)	(160.436)	-	(48.547)	-	-	-	-	(208.983)
Transmissão de dados de radiofrequência	(f)	(3.996)	-	(821)	-	-	-	-	(4.817)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio		-	-	-	-	-	-	-	-
Aeris (c)		(80.620)	-	(35.834)	-	-	-	(6.694)	(123.148)
ViaQuatro (b)		(103.989)	-	(27.564)	-	-	-	-	(131.553)
RDN (b)		(13.787)	-	(1.203)	-	-	-	-	(14.990)
SPVias (b)		(529.416)	-	(72.558)	-	-	-	-	(601.974)
ViaOeste (b)		(208.604)	-	(21.075)	-	-	-	-	(229.679)
Barcas (c)		(9.056)	-	(1.076)	-	-	-	-	(10.132)
VLT Carioca (b)		(735)	-	(615)	-	-	-	-	(1.350)
Quiport Holdings (c)		(6.333)	-	(1.293)	-	-	-	(512)	(8.138)
Aeroporto Internacional de Curação (c)	_	(46.567)	<u> </u>	(5.231)		<u> </u>		(2.015)	(53.813)
Total amortização	-	(11.428.873)		(2.940.769)	588	1.232	4.488	(130.680)	(14.494.014)
Total intangível	=	15.152.690		4.417.671	(11.751)	1.937.513	(1.530.566)	104.952	20.070.509
Infraestrutura em construção	_	1.153.352	<u> </u>	2.127.440	(4.780)	(1.971.657)	(37.886)	10.847	1.277.316

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) Amortização linear conforme prazo de concessão;
- (d) Não amortizado. Vida útil indefinida;
- (e) O montante de R\$ 5.123.318 refere-se, principalmente, a:
  - R\$ 5.254.058 na controlada AutoBAn, que assinou juntamente com a ViaOeste e SPVias, o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 01/2022 (Acordo Definitivo), aos seus respectivos contratos de concessão, estabelecendo os valores finais dos desequilíbrios econômico-financeiros, previstos no Acordo Preliminar assinado em 29 de junho de 2021.

No caso específico da AutoBAn, tendo em vista a existência de saldo regulatório remanescente favorável à concessionária, seu contrato de concessão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2037, de forma irrevogável e irretratável.

O valor justo atualizado (R\$ 5.254.058) deste direito foi mensurado em referência ao montante final pactuado entre as partes no Acordo Definitivo, cujos cálculos regulatórios seguiram os ritos normativos e métodos regulatórios aplicáveis, além de variáveis negociais. O direito foi reconhecido como ativo intangível, tendo contrapartida em receita, pois não existe nenhuma assunção de obrigação de execução de obras adicionais;

- Transferência de R\$ 47.041 para o ativo financeiro na BH Airport, em decorrência de reembolsos do Poder Concedente:
- Ativo financeiro de aporte público do 5º Aditivo ao contrato de concessão do VLT Carioca no montante de R\$ 25.323. O aporte é vinculado ao investimento de expansão de via e construção do TIG (Terminal Intermodal Gentileza);
- Reembolsos de sinistros ocorridos na ViaLagos, VLT Carioca, Metrô Bahia, ViaSul e ViaCosteira, no montante de R\$ 11.464;
- Reajustes de contratos de fornecimento no VLT Carioca e Samm, no montante de R\$ 13.286;
- Transferência de R\$ 32.011 para o ativo financeiro na MSVia; e
- Baixa da empresa TAS devido a alienação, no montante de R\$ 3.814.
- (f) Amortização linear conforme prazo dos contratos;
- (g) Em 2021, refere-se, principalmente, ao pagamento de R\$ 1.200.000 previsto no Termo Aditivo Preliminar Coletivo n° 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre as concessionárias AutoBAn, ViaOeste e SPVias e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início dos prazos estendidos das concessões definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término das concessões. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 531.437, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 668.563 está sendo amortizada até o prazo final de cada concessão;
- (h) Em 2021, o valor líquido de reduções, no montante de R\$ 1.568.452, refere-se, principalmente, a: (i) R\$ 1.441.627 transferidos para o ativo financeiro em decorrência de expectativa de reembolsos na MSVia, em face da relicitação da concessão (lei nº 13.448/2017); (ii) R\$ 47.465 transferidos para o ativo financeiro em decorrência de reembolsos do Poder Concedente na BH Airport; e (iii) reembolsos de sinistros ocorridos no Metrô Bahia e BH Airport, no montante de R\$ 14.160;

- (i) Refere-se, principalmente, às obras abaixo demonstradas:
  - Segmento Mobilidade urbana
    - Material Rodante aquisição de 36 trens e sobressalentes (entrega de 31 trens e sobressalentes em 2023 e 5 trens em 2024) do contrato da Alstom. (Linhas 8 e 9).
  - Segmento Rodovias
    - RodoAnel Oeste Implantação de Marginal km 19+700 ao 24+400 ambos os sentidos (Padroeira - Raposo) e reimplantação de barreiras acústicas no trecho da obra Padroeira entre os km 19+750 ao 24+400. Além disso, destacam-se a implantação da Faixa Adicional do km 15+200 ao km 19+150);
    - ViaOeste Obras de implantação das Marginais da Rodovia Castelo Branco e implantação do novo acesso a Osasco, ambas obras na SP-280. Além disso, obras previstas em contrato de duplicação da SP-270 Raposo Tavares do km 67 ao km 87+200 e contorno alternativo de Brigadeiro Tobias, bem como as obras do Dispositivo do Sertanejo e Hospital de Sorocaba, incluídas nos Termos Aditivos Modificativos nos 23/2022 e 24/2022, respectivamente;
    - O ViaSul Duplicação da BR-386 entre os km 324+100 a km 340+400, finalização da construção de postos gerais de fiscalização (PGF) na BR-101, implantação de passarelas na BR-101/RS nos km 62+390, km 78+050 e km 9+220, implantação de dispositivos de segurança e restauração de pavimento ao longo da rodovia, implantação da usina de asfalto gravimétrica na BR-386, no km 358; e
    - ViaCosteira Implantação de dispositivos de proteção e segurança, primeira intervenção em obras de arte especiais, restauração de pavimento, implantação do PMV fixo, readequação de talude e recuperação de pequenos terraplenos nos kms 282, 271 e 337, bem como a implantação de usina solar.
- (j) Refere-se à outorga fixa da Pampulha; e
- (k) No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia e suas investidas realizaram testes para apurar a necessidade de provisão de *impairment* de ativos intangíveis e, exceto pelo resultado do teste para a controlada ViaOeste, não identificaram indícios de *impairment*.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi determinado utilizando o valor em uso para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa estimado até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

A controlada ViaOeste realizou provisão para *impairment* do ativo intangível, no montante de R\$ 320.750, sendo R\$ 236.667 registrado na classe de "Direitos de exploração da infraestrutura concedida" e R\$ 84.083 registrado na classe de "Infraestrutura em construção", para refletir o valor recuperável estimado dos mesmos, em contrapartida de um custo reconhecido no resultado, na rubrica de Depreciação, amortização e *impairment*. A ViaOeste possui um volume importante de investimentos a serem executados, mas seu prazo remanescente de concessão, até 13 de fevereiro de 2024, é insuficiente para se recuperar os investimentos ainda por amortizar e os investimentos futuros, mesmo levando-se em conta seus direitos regulatórios ainda a serem reequilibrados.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 67.167 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 89.571 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021). As taxas médias de capitalização nos períodos de nove meses

findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 foram de 0,72% a.m. e 0,45% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias).

### 14. Arrendamento - Consolidado

#### a. Direito de uso em arrendamento

	31/12/2021	30/09/2022						
Valor de custo	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Baixa (a)	Ajuste de conversão	Saldo final			
Máquinas e equipamentos	78.210	781	(72.154)	(5.594)	1.243			
Veículos	13.260	1.411	-	(244)	14.427			
Instalações e edificações	153.940	-	(141.667)	(11.020)	1.253			
Equipamentos operacionais	50.585	6.412	(5.386)	(418)	51.193			
Total custo	295.995	8.604	(219.207)	(17.276)	68.116			
Valor de depreciação								
Máquinas e equipamentos	(48.198)	(7.349)	51.550	3.439	(558)			
Veículos	(9.963)	(2.212)	-	217	(11.958)			
Instalações e edificações	(65.078)	(11.806)	71.445	4.421	(1.018)			
Equipamentos operacionais	(15.404)	(9.243)	4.937	345	(19.365)			
Total depreciação	(138.643)	(30.610)	127.932	8.422	(32.899)			
Total geral	157.352	(22.006)	(91.275)	(8.854)	35.217			

### b. Passivo de arrendamento

	31/12/2021		30/09/2022									
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Constituição de provisão a valor presente	Pagamentos	Transferências	Baixa (a)	Ajuste de conversão	Saldo final				
Circulante Não circulante	47.145 125.664	3.832 4.772	6.619	(36.296)	23.569 (23.569)	(28.297) (77.322)	(2.511) (7.227)	14.061 22.318				
rad circulance	172.809	8.604	6.619	(36.296)	(23.307)	(105.619)	(9.738)	36.379				

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 15,35% a.a. para os contratos de arrendamentos firmados no Brasil e de 6,20% a.a. para os contratos de arrendamentos firmados nos Estados Unidos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 4.610 como despesa de aluguel (R\$ 5.927 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021), decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

#### Cronograma - não circulante

2023	9.172
2024	9.088
2025	1.380
2026	448
2027 em diante	2.230
	22.318

(a) Baixa da empresa TAS devido a alienação.

# 15. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos à apropriar 30/09/2022	Vencimento final	30/09/2022	31/12/2021
CCR	Santander (Capital de giro)	CDI + 3,47% a.a.	4,5603% (a)	-	-	Maio de 2023	_	463.424 (i)
CCR	Bank of America (b)	USD + 1,66% a.a.	N/I	_	_	Agosto de 2023	647.801	711.518 (i)
	Subtotal Controladora	,			-		647.801	1.174.942
MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	9.579	Março de 2039	616.135	640.754 (e) (g) (c)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918% (a)	2.598	1.508	Março de 2039	117.484	122.194 (e) (g) (c)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	1.561	Março de 2039	48.002	49.883 (e) (g) (c)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	26.169	Outubro de 2042	2.623.114	2.643.488 (e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2042	3.264	3.311 (e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	9.072	Outubro de 2042	712.510	717.045 (e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.500	Outubro de 2042	445.106	448.646 (e) (f) (c)
BH Airport	BNDES - TJLP (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	2.164	1.342	Dezembro de 2035	449.395	460.996 (d) (h) (e) (c)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (a)	18.490	8.829	Novembro de 2035	866.852	886.748 (e) (c) (d) (j)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I - Subcrédito B	6,14% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2035	37.653	39.034 (e) (c) (d) (j)
ViaSul	BNDES	IPCA + 4,598216% a.a.	5,1363% (a)	3.088	3.088	Dezembro de 2043	72.255	- (e) (g) (c)
ViaSul	BNDES	IPCA + 4,598216% a.a.	5,9666% (a)	3.088	3.088	Dezembro de 2043	93.560	- (e) (g) (c)
Pampulha	Itaú (Capital de giro)	CDI + 2,20% a.a.	2,9773% (a)	188	140	Julho de 2024	10.923	- (g)
CAP	Maduro and Curiel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	-	-	Março de 2031	228.352	250.511 (e)
Aeris Holding	Bank of America	USD + 7,25% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2025	-	599.439 (g)
Aeris Holding	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	15.065		Dezembro de 2025	707.493	<u>-</u> (g)
	Total geral				72.876	_	7.679.899	8.036.991
					Contro	ladora	Consolid	ado
					30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante								
Empréstimos e fina	nciamentos				668.841	6.426	892.160	800.207
Valor justo					(21.040)	10.517	(21.040)	10.517
Custos de transação	0				-	(1.213)	(6.444)	(11.324)
					647.801	15.730	864.676	799.400
Não Circulante								
Empréstimos e fina	nciamentos				-	1.165.323	6.881.655	7.312.300
Valor justo					-	(5.591)	-	(5.591)
Custos de transação	o					(520)	(66.432)	(69.118)
					_	1.159.212	6.815.223	7.237.591

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Operações com mais de uma série/tranche estão apresentadas pela taxa média ponderada;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 23;

#### **Garantias:**

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da CCR (Equity Support Agreement ESA) e fiança CCR até o completion;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da CCR;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (i) Não existem garantias; e
- (j) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*.

# Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2022
	Consolidado
2023	46.625
2024	210.917
2025	228.548
2026	948.711
2027 em diante	5.446.854
(-) Custo de transação	(66.432)
Total	6.815.223

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

Especificamente no que tange à apuração do índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado, superior ao máximo estabelecido no contrato de financiamento da BH Airport com o BNDES de 3,5, apurado pela CCR em dezembro de 2021, a concessionária obteve *waiver* junto ao BNDES em 15 de junho de 2022, dispensando a Companhia da apresentação da carta de fiança.

Para maiores detalhes sobre os demais empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

# 16. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos à apropriar 30/09/2022	Vencimento final	30/09/2022	31/12/2021
CCR	11 <sup>a</sup> Emissão - Série 2	CDI + 0,95% a.a.	1,0644% (a)	3.249	-	Novembro de 2022	-	335.199 (d)
CCR	11 <sup>a</sup> Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5812% (a)	1.910	514	Novembro de 2024	410.889	394.096 (d)
CCR	11ª Emissão - Série 4	IPCA + 6% a.a.	(c)	866	-	Novembro de 2024	233.460	225.355 (d)
CCR	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,80% a.a.	1,9673% (a)	6.388	2.948	Dezembro de 2025	831.549	799.785 (j)
CCR	13 <sup>a</sup> Emissão - Série única	CDI + 3,20% a.a.	4,5661% (a)	7.825	-	Maio de 2022	-	705.929 (d)
CCR	14 <sup>a</sup> Emissão - Série 1	CDI + 2,20% a.a.	4,6700% (a)	3.580	2.373	Dezembro de 2026	499.182	479.609 (d)
CCR	14 <sup>a</sup> Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	(c)	10.167	-	Dezembro de 2028	534.315	520.394 (d)
CCR	15 <sup>a</sup> Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	(c)	18.180	-	Novembro de 2033	569.373	560.584 (d)
CCR	16 <sup>a</sup> Emissão - Série 1	CDI + 1,70% a.a	1,7658% (a)	6.279	5.614	Janeiro de 2029	1.726.798	- (d)
CCR	16 <sup>a</sup> Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	6,9460% (a)	33.785	32.413	Janeiro de 2036	790.063	- (d)
CCR	16 <sup>a</sup> Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	(c)	38.337	-	Janeiro de 2036	1.063.744	- (d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 1	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	3.095	-	Dezembro de 2023	-	1.203.622 (d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 2	CDI + 1,30% a.a.	1,3942% (a)	1.781	1.350	Dezembro de 2023	706.272	641.932 (d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 3	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	774	-	Dezembro de 2023	-	300.905 (d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 4	CDI + 1,30% a.a.	1,4149% (a)	543	412	Dezembro de 2023	176.493	160.483 (d)
	Subtotal Controladora				45.624	_	7.542.138	6.327.893
SPVias	6ª Emissão - Série única	115% do CDI	(c)	-	-	Agosto de 2022	-	318.555 (i)
SPVias	9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	4.074	2.182	Março de 2026	488.105	498.522 (i)
SPVias	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9382% (a)	1.798	1.379	Agosto de 2026	490.450	493.937 (e)
SPVias	11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	884	774	Fevereiro de 2027	162.902	- (i)
ViaLagos	5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% a.a.	3,0762% (a)	1.658	476	Julho de 2023	221.920	222.706 (d)
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (b)	3.171	244	Abril de 2024	253.755	327.143 (e)
RodoAnel Oeste RodoAnel Oeste	6 <sup>a</sup> Emissão - Série única 7 <sup>a</sup> Emissão (Notas promissórias)	120% do CDI CDI + 1,30% a.a.	(c) 1,6450% (a)	- 143	- 84	Abril de 2024 Abril de 2023	258.043 44.575	332.733 (e) - (e)
Samm	13 <sup>a</sup> Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,7897% (a)	168	-	Abril de 2022	-	36.634 (e)
Samm	14 <sup>a</sup> Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,40% a.a.	1,7770% (a)	185	109	Abril de 2023	53.369	- (e)
ViaOeste	8 <sup>a</sup> Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	1.878	337	Dezembro de 2022	464.905	464.928 (e)

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos à apropriar 30/09/2022	Vencimento final	30/09/2022	31/12/2021
AutoBAn	10 <sup>a</sup> Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	2.798	1.014	Outubro de 2026	526.581	562.657 (i)
AutoBAn	12 <sup>a</sup> Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3630% (a)	3.810	3.122	Novembro de 2026	1.478.964	1.415.492 (d)
AutoBAn	13ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,2580% (a)	829	829	Setembro de 2027	330.640	- (d)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	3.829	Março de 2028	635.280	717.736 (f) (g) (h)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 2	IPCA+7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	2.249	Março de 2028	515.876	559.841 (f) (g) (h)
ViaMobilidade	2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	(c)	20.919	-	Abril de 2030	660.640	692.877 (f) (g) (h) (k
RS Holding	5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	14.017	9.289	Outubro de 2031	602.254	586.798 (f)
Linhas 8 e 9	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,9778% (a)	8.706	3.340	Junho de 2023	1.832.023	1.657.748 (e)
Linhas 8 e 9	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,56% a.a.	2,0775% (a)	3.951	3.243	Junho de 2023	869.214	- (e)
Bloco Central	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8757% (a)	2.584	1.578	Março de 2024	676.138	612.275 (e)
Bloco Central	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	2,0858% (a)	557	428	Abril de 2024	75.660	- (e)
Bloco Sul	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8688% (a)	7.449	4.549	Março de 2024	2.028.598	1.837.004 (i)
Bloco Sul	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	1,9513% (a)	795	610	Abril de 2024	118.345	- (i)
RioSP	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (a)	4.372	3.302	Dezembro de 2024	1.092.411	1.048.679 (e)
	Total geral				88.591	=	21.422.786	18.714.158
					Contro	oladora	Consolid	ado
					30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante								
Debêntures e notas	promissórias				213.861	1.095.268	4.727.599	2.577.317
Valor justo					120.629	52.317	230.905	121.594
Custos de transação	)				(6.284)	(4.368) 1.143.217	(21.101) 4.937.403	(13.395) 2.685.516
Não Circulante					323.200	1.173.217	T.751.T03	2.003.310
Debêntures e notas	promissórias				7.370.597	5.263.247	16.816.889	16.233.938
Valor justo	-				(117.325)	(67.379)	(264.016)	(153.004)
Custos de transação	)				(39.340)	(11.192)	(67.490)	(52.292)
					7.213.932	5.184.676	16.485.383	16.028.642

- N/I Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.
- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 23;

### **Garantias:**

- (d) Não existem garantias;
- (e) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta:
- (f) Garantia real;
- (g) Alienação fiduciária;
- (h) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (i) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão:
- (j) Garantia real adicional; e
- (k) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o completion.

# Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/	2022
	Controladora	Consolidado
2023	1.488.526	1.604.726
2024	872.438	5.769.577
2025	557.755	1.925.888
2026	286.534	1.959.865
2027 em diante	4.165.344	5.556.833
(-) Valor justo	(117.325)	(264.016)
(-) Custo de transação	(39.340)	(67.490)
Total	7.213.932	16.485.383

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures e notas promissórias, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

# 17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

# 17.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2021		30/09/2022						
					Atualização de				
					bases				
					processuais e				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	mone tária	Transferência	Saldo final		
Não circulante									
Cíveis, administrativos e outros	59.704	41.951	(2.581)	(21.092)	5.974	-	83.956		
Trabalhistas e previdenciários	73.890	23.907	(11.282)	(8.786)	3.652	-	81.381		
Tributários	49.604	5.705	(161)	-	569	-	55.717		
Contratuais (a)	180.173	129.682	(73.634)		3.147	(237.713)	1.655		
	363.371	201.245	(87.658)	(29.878)	13.342	(237.713)	222.709		

a) Em relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou, até 30 de setembro de 2022, 114 autos de infração contra a MSVia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 239.351 (R\$ 180.173 em 31 de dezembro de 2021). Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PFF, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

Em 6 de julho de 2022, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MSVia e ANTT, no montante de R\$ 237.713, cujo objeto é a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, com o consequente desconto do respectivo montante em relação à indenização em apuração de haveres e deveres ao final da vigência do contrato de concessão.

O montante de R\$ 237.713 é apresentado no balanço patrimonial como redutor do contas a receber do Poder Concedente (nota explicativa 7), pelo disposto na cláusula 8.1 do TAC, que prevê o abatimento de seu valor com o montante estimado de indenização devida à MSVia.

Restou como saldo o Auto de Infração nº 20/2021, no valor de R\$ 1.655, por não ter integrado o TAC, tendo em vista que ainda está em fase de discussão na via administrativa.

# 17.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2022	31/12/2021
Tributários (a) (b) (c) (d)	1.259.186	1.116.979
Cíveis, administrativos e contratuais (e) (f)	196.537	405.789
Trabalhistas e previdenciários	45.405	38.070
	1.501.128	1.560.838

Os principais processos relativos às questões tributárias, com divulgação completa nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, não tiveram andamento significativo, e os valores atualizados, em 30 de setembro de 2022, são os informados abaixo, respeitando a mesma referência utilizada na divulgação completa:

- (a) R\$ 288.007 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 254.087 em 31 de dezembro de 2021), por supostos débitos de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2014 a 2017, oriundos de despesas de amortização de ágio. R\$ 112.364 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 89.912 em 31 de dezembro de 2021) relativos a depósitos judiciais da parcela controvertida.
- (b) R\$ 300.255 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 282.712 em 31 de dezembro de 2021), reduzido para R\$ 174.590 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 165.229 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas.
- (c) R\$ 181.292 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.
- (d) R\$ 385.141 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 359.497 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL nos ano-calendários de 2015 e 2016, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e contratuais:

- (e) O saldo em 30 de setembro de 2022 é composto, substancialmente, por (i) discussões contratuais do VLT Carioca junto a fornecedores, (ii) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (iii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iv) processos pulverizados de diversas naturezas.
- (f) A redução do saldo do período decorre, substancialmente, da baixa de processos contratuais da MSVia, por celebração do Termo de Ajustamento de Conduta junto à ANTT, conforme citado no tópico 17.1 (a).

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 65.944 (R\$ 90.910 em 31 de dezembro de 2021).

# 18. Provisão de manutenção

	31/12/2021	30/09/2022						
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	<u>Transferências</u>	Saldo final		
Circulante	35.682	6.543	1.626	(19.429)	14.987	39.409		
Não circulante	102.910	141.076	8.601		(14.987)	237.600		
	138.592	147.619	10.227	(19.429)		277.009		

A taxa de desconto em 30 de setembro 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o cálculo do valor presente, é de 7,08% a.a..

# 19. Impostos e contribuições federais, estaduais, municipais e multa com o Poder Concedente - parcelados - Consolidado

	31/12/2021			30/09/2022		
			Atualização			
	Saldo Inicial	Adições	mone tária	Pagame ntos	Transferência	Saldo final
Circulante						
Impostos e contribuições						
ViaLagos	1.150	-	-	(1.150)	-	-
AutoBAn	507	-	-	(381)	212	338
Samm	63	-	6	(48)	48	69
Barcas	194	-	18	(148)	16	80
VLT Carioca	86	1.199	32	(67)	245	1.495
Metrô Bahia	592	-	177	(485)	384	668
Multa com o Poder Concedente						
MSVia	971	<u> </u>	92	(783)	359	639
	3.563	1.199	325	(3.062)	1.264	3.289
Não circulante						
Impostos e contribuições						
AutoBAn	212	-	-	-	(212)	-
Samm	141	-	7	-	(48)	100
Barcas	27	-	(11)	-	(16)	-
VLT Carioca	-	8.557	170	-	(245)	8.482
Metrô Bahia	1.974	-	191	-	(384)	1.781
Multa com o Poder Concedente						
MSVia	1.272	<u> </u>	50	<u> </u>	(359)	963
	3.626	8.557	407	_	(1.264)	11.326

# 20. Patrimônio líquido

# a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

### Lucro por ação - básico e diluído

	Controladora e Consolidado						
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021			
Numerador							
Lucro líquido	606.452	4.350.195	183.913	828.814			
Denominador							
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000	2.020.000	2.020.000	2.020.000			
Lucro líquido por ação - básico e diluído	0,30022	2,15356	0,09105	0,41030			

# 21. Receitas operacionais líquidas

		Contro	ladora	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	37.636	116.274	29.623	85.667
Receita bruta	37.636	116.274	29.623	85.667
Impostos sobre receitas	(5.219)	(13.855)	(3.629)	(10.467)
Deduções das receitas brutas	(5.219)	(13.855)	(3.629)	(10.467)
Receita operacional líquida	32.417	102.419	25.994	75.200
		Consol	idado	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas de pedágio	2.010.048	5.414.511	1.876.507	5.268.730
Receitas de construção (ICPC 01)	476.992	1.049.866	270.203	790.142
Receitas aeroportuárias	503.923	1.384.983	330.387	823.224
Receitas metroviárias	521.073	1.369.822	213.601	549.383
Receitas de remuneração de ativo financeiro	67.188	492.115	140.457	425.071
Receitas acessórias	86.241	234.706	69.805	178.964
Receitas aquaviárias	22.228	55.403	9.621	25.518
Receita de serviços de fibra óptica	26.128	64.356	21.978	64.780
Receitas de contraprestação pecuniária variável	9.621	28.862	8.716	26.130
Receita de prestação de serviço	342	2.902	2.060	8.355
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro (a)	4.199	174.282	60.291	1.298.669
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (b)	-	5.254.058	-	-
Receita de contraprestação parcela B	6.833	15.640	-	-
Mitigação de risco de demanda projetada	175.975	457.232	93.146	299.894
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	<u> </u>	33	10	21
Receita bruta	3.910.791	15.998.771	3.096.782	9.758.881
Impostos sobre receitas	(234.236)	(615.170)	(193.123)	(537.021)
Abatimentos	(24.325)	(51.476)	(60.348)	(91.589)
Deduções das receitas brutas	(258.561)	(666.646)	(253.471)	(628.610)
Receita operacional líquida	3.652.230	15.332.125	2.843.311	9.130.271

- (a) Refere-se a receita decorrente do reequilíbrio econômico-financeiro da Fase I e compensação financeira da Fase II, de acordo com os Termos Aditivos nos 6 e 7 ao contrato de concessão da ViaQuatro. Para maiores detalhes vide nota explicativa no 1 Contexto operacional das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021; e
- (b) Refere-se a receita de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022, pela AutoBAn. Para maiores informações vide notas explicativas 1, 2, 8.b e 13.

# 22. Resultado financeiro

		Controla	dora	
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Despesas Financeiras				
Perda com operações de derivativos	(134.616)	(877.270)	(148.632)	(292,372)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(246.882)	(621.593)	(81.685)	(198.991)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	24.916	(121.237)	(31.170)	(63.564)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(50.590)	(143.098)	(25.264)	(25.264)
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (fair value option e hedge accounting)	(85.964)	(118.504)	(336.482)	(341.242)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.320)	(11.693)	(19.679)	(30.573)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(543)	(5.974)	(83)	(172)
Juros e variação monetária sobre termo de autocomposição, acordo de leniência e PIC	92	(1.308)	(795)	(2.658)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(19)	(91)	(10)	(21)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(1)	(2)	(1)	(6)
, , , ,	(494.927)	(1.900.770)	(643.801)	(954.863)
Receitas Financeiras				
Ganho com operações de derivativos	116.944	739.177	323,483	355.576
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	32.733	126.104	188.551	314.120
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	32.962	180.781	-	511.120
Juros e variações monetárias sobre ativos	36.606	88.108	7.242	15.575
Rendimento sobre aplicações financeiras	28.859	73.531	11.936	29.605
Juros e outras receitas financeiras	2.089	5.361	774	1.857
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	5	50	5	28
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	2.017
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	250.198	1.213.112	531.991	718.778
Resultado financeiro líquido	(244.729)	(687.658)	(111.810)	(236.085)
		Consolio	lado	
	01/07/2022 a	01/01/2022 a	01/07/2021 a	01/01/2021 a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	(883.519)	(2.322.390)	(380.363)	(948.034)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.746	(145.005)	(80.314)	(207.962)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(50.590)	(143.098)	(25.264)	(25.264)
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	6.460	(126.450)	(57.390)	(163.786)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(25.199)	(76.411)	(11.752)	(30.090)
Perda com operações de derivativos	(145.899)	(961.542)	(186.716)	(454.612)
Juros sobre impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados	(331)	(732)	(1.444)	(1.452)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.159)	(10.227)	(1.313)	(6.951)
Capitalização de custos dos empréstimos	27.759	72.061	36.761	91.348
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (fair value option e hedge accounting)				
	(108.709)	(148.239)	(358.900)	(377.459)
Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente	(10.982)	(32.247)	(11.224)	(32.956)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(448)	(10.863)	(5.594)	(10.050)
Juros e variação monetária sobre termo de autocomposição, acordo de leniência e PIC	92	(1.308)	(1.662)	(5.003)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(1.631)	(6.619)	(2.290)	(7.374)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(28.351)	(163.199)	(55.851)	(103.572)
	(1.196.761)	(4.076.269)	(1.143.316)	(2.283.217)
Receitas Financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	32.962	180.781	-	-
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	299	299	-	7.889
Juros e variações monetárias sobre ativos	8.716	26.746	5.811	21.661
Ganho com operações de derivativos	141.990	780.301	353.692	463.332
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (fair value option e hedge accounting)	34.276	175.907	225.309	429.502
Rendimento sobre aplicações financeiras	219.657	514.521	66.283	124.394
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	437	18.914	3.068	9.088
Juros e outras receitas financeiras	15.828	52.709	35.250	90.407
	454.165	1.750.178	689.413	1.146.273
Resultado financeiro líquido	(742.596)	(2.326.091)	(453.903)	(1.136.944)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(172.570)	(2.520.071)	(155.765)	(1.130.741)

# 23. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas informações trimestrais, conforme o quadro a seguir:

## Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
		30/09/2022			31/12/2021			
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Ativos								
Caixa e bancos	313	=	-	67	=	-		
Aplicações financeiras	2.020.278	-	-	865.929	-	-		
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	2.837	-	=	2.193	-	-		
Contas a receber com operações de derivativos	250.473	-	-	249.303	-	-		
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	70.452	=	-	74.820	-		
Mútuos e cessão onerosa - partes relacionadas	-	901.552	-	-	591.821	-		
Partes relacionadas - AFAC	-	39	-	-	242.192	-		
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	215.866	-	-	185.279	-		
Passivos								
Empréstimos e financiamentos (a)	(647.801)	-	-	(711.518)	-	(463.424)		
Debêntures (a)	(2.400.892)	-	(5.141.246)	(1.306.333)	-	(5.021.560)		
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(38.598)	-	-	(59.054)		
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.657)	-	-	(4.225)		
Partes relacionadas - AFAC	=	=	(1.196)	-	-	(1.916)		
Contas a pagar com operações de derivativos	(191.915)	-	-	(144.476)	-	-		
Dividendos e juros sobre o capital próprio			(278)			(11.690)		
	(966.707)	1.187.909	(5.183.975)	(1.044.835)	1.094.112	(5.561.869)		

				Consolidado			
		30/09	/2022			31/12/2021	
	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos							
Caixa e bancos	-	364.636	-	-	394.121	-	-
Aplicações financeiras	-	8.295.228	-	-	5.286.497	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	145.714	-	-	145.805	-	-
Contas a receber	-	-	902.269	-	-	701.686	-
Ativo financeiro	-	-	7.274.532	-	-	7.230.457	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	78.783	-	-	35.908	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	187.446	-	-	171.939	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	1.047	-	-	1.048	-
Contas a receber - operações com derivativos	13.049	243.106	-	-	256.875	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio Passivos	-	-	-	-	-	3.906	-
Empréstimos e financiamentos (a)	-	(647.801)	-	(7.032.098)	(711.518)	-	(7.325.473)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	(3.319.575)	-	(18.103.211)	(2.650.498)	-	(16.063.660)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(787.436)	-	-	(806.615)
Mútuos cedidos a terceiros	-	-	-	(119.099)	-	-	(109.464)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	(494.117)	-	-	(447.875)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	(21.031)	-	-	(68.405)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	(1.196)	-	-	(1.916)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(64.189)	-	-	(72.921)
Contas a pagar - operações com derivativos	-	(260.516)	-	-	(158.712)	-	-
Obrigações com Poder Concedente		_		(2.091.509)			(1.929.309)
	13.049	4.820.792	8.444.077	(28.713.886)	2.562.570	8.144.944	(26.825.638)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas conta reserva Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Contas a receber, ativo financeiro, contas a receber partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar partes relacionadas, partes relacionadas AFAC, mútuos partes relacionadas, mútuos cedidos a terceiros, dividendos e juros sobre capital próprio Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: (i) ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas,

presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor; (ii) mútuos - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas; e (iii) fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.

- Contas a receber e a pagar com derivativos Os valores justos (nível 2) foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- Financiamentos e obrigações com o Poder Concedente Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- Empréstimo em moeda estrangeira mensurado ao valor justo por meio do resultado A Companhia e suas controladas captaram empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso este empréstimo fosse mensurado pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 668.840 em 30 de setembro de 2022.
- Empréstimos, debêntures e notas promissórias mensuradas ao custo amortizado Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

		Controladora				Consolidado			
	30/09/2	30/09/2022		021	30/09/2022		31/12/2021		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor jus to	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Empréstimos (a) (b) Debêntures e notas promissórias (a) (b)	5.186.870	5.432.036	465.157 5.037.120	486.180 5.190.403	11.063 18.191.802	11.449 18.794.507	465.157 16.129.347	486.180 16.729.032	

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo" a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

• **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado** (*fair value option e hedge accounting*) — A Companhia e algumas controladas captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 3.352.685 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 2.681.911 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhado a seguir:

Empresa	Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
CCR	Debêntures - 11ª Emissão - Série 4	IPCA + 6,00% a.a.	CDI + 1,80% a.a.	235.638
CCR	Debêntures - 14ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	564.122
CCR CCR	Debêntures - 15ª Emissão - Série 1 Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,88% a.a. IPCA + 6,4370% a.a.	CDI + 1,3817% a.a. CDI + 0,90% a.a. / 107,2% CDI a.a. / CDI + 0,85% a.a. / 105,78% CDI a.a.	596.779 1.001.050
ViaMobilidade	Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	701.097
RodoAnel Oeste	Debêntures - 6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI + 0,9940% a.a.	253.999 3.352.685

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 16.

# Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas possuem os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

_	Controla	dora	Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Nível 2:					
Aplicações financeiras e conta reserva	2.023.115	868.122	8.440.942	5.432.302	
Derivativos a receber / (a pagar)	58.558	104.827	(4.361)	90.042	
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(647.801)	(711.518)	(647.801)	(711.518)	
Debêntures a pagar	(2.400.892)	(1.306.333)	(3.319.575)	(2.650.498)	

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos:
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

#### Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 30 de setembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A CCR contratou operações de *swap* visando mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira e riscos de inflação sobre a totalidade da 4ª série da 11ª emissão de debêntures, 2ª série da 14ª emissão de debêntures e 1ª série da 15ª emissão de debêntures e parte da 2ª série da 16ª emissão.

A ViaMobilidade contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures.

O RodoAnel Oeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

As Linhas 8 e 9 contratou *NDF* para a proteção na mudança no fluxo de pagamento, postergando o vencimento para março de 2023, referente aos contratos da Siemens Alemanha e Siemens Espanha.

A CPC contratou *NDF* para a proteção cambial dos recursos provenientes da venda da TAS através da CCR España.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

# Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

				Valores brutos c	ontratados e						
		Valor de referênc	cia (Nocional)	liquida	dos	Efeito acu	mulado		Resulta	ndo	
	Data de									Ganho/(P	Perda) em
	vencimento	Moeda	local	Moeda local Reco	ebidos/(Pagos)	Valores a rece	ber/ a pagar	Ganho/(Perda)	em resultado	resultado a	abrangente
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
SWAP - riscos cambiais											
CCR	2023	124.574	650.000	(51.770)	-	(19.789)	41.654	(113.214)	14.945	-	-
SWAP - riscos de juros											
CCR	2022 a 2036	2.245.852	1.245.852	(40.054)	(8.375)	78.345	63.173	(24.879)	48.259	-	-
SPVias	2022	-	791.960	2.165	(217)	-	2.041	124	1.432	-	-
ViaMobilidade	2030	700.000	700.000	(2.426)	21.115	(55.597)	(22.357)	(35.666)	(58.607)	-	-
RodoAnel Oeste	2024	384.000	384.000	1.413	(784)	5.684	5.531	1.565	3.581	-	-
NDF - riscos de câmbio											
RDN	2021	-	-	-	6	-	-	-	6	-	-
Linhas 8 e 9	2022 a 2023	79.812	-	(45)	-	(265)	-	-	-	(311)	-
ViaSul	2022	-	-	(4.039)	-	-	-	(5.132)	-	-	-
VLT Carioca	2022	-	-	(5.132)	(896)	(12.739)	-	(4.039)	(896)	-	-
CPC	2022	565.094								(12.739)	
		4.099.332	3.771.812	(99.888)	10.849	(4.361)	90.042	(181.241)	8.720	(13.050)	

#### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

#### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de fornecedores estrangeiros e *NDF* sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

			Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente			
Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Compromissos em Dólar	Euro	(63.765)	-	(15.941)	(31.883)	
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Euro	63.765	-	15.941	31.883	
Fornecimento de Equipamentos	Dólar / Euro	1.784	-	(287)	(574)	
Arrendamento	Euro	171		(43)	(86)	
Total do efeito de perda				(330)	(660)	
Moedas em 30/09/2022:		Dólar (2)	5,4066	6,7583	8,1099	
		Euro (2)	5,2904	6,6130	7,9356	

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.
- (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 30/09/2022, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

# Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
Risco	Exposição em R\$	Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50%
CDI (2)	19.848.605	(2.948.163)	(3.607.449)	(4.265.904)
IPC-A (3)	1.506.757	(208.107)	(236.314)	(264.527)
SOFR diária <sup>(6)</sup>	707.492	(27.112)	(37.221)	(48.662)
TJLP <sup>(4)</sup>	5.986.075	(613.057)	(719.837)	(826.639)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos		(3.796.439)	(4.600.821)	(5.405.732)
CDI <sup>(2)</sup> <b>Efeito sobre os mútuos</b>	856.101	(82.014) (82.014)	(98.970) (98.970)	(115.882) (115.882)
Selic <i>over</i> <sup>(5)</sup> <b>Efeito sobre as obrigações parceladas</b>	14.629	(1.997)	(2.494)	(2.995) (2.995)
CDI <sup>(2)</sup> <b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>	9.621.044	1.110.642 1.110.642	1.277.959 1.277.959	1.444.676 1.444.676
Total do efeito de ganho / (perda)		(2.769.808)	(3.424.326)	(4.079.933)
As taxas de juros consideradas foram (1):				
CDI (2)		13,6500%	17,0600%	20,4700%
IPC-A (3)		7,1700%	8,9625%	10,7550%
$TJLP^{(4)}$		7,1900%	9,0000%	10,7900%
Selic over (5)		13,6500%	17,0600%	20,4700%
SOFR diária <sup>(6)</sup>		2,9800%	3,7250%	4,4700%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:
  - Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:
- (2) Taxa de 30/09/2022, divulgada pela B3; Nas investidas onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse. Nas investidas onde as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, consideramos a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários de estresse;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 30/09/2022, divulgada pelo BNDES;
- (5) Taxa de 30/09/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve em 30/09/2022;
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/09/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA Selic e SOFR).

# 24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### a. Compromissos com o Poder Concedente

# Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se a parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 62.380, referente ao direito de outorga variável (R\$ 50.771 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021).

A partir de 3 de outubro de 2021, a alíquota do RodoAnel Oeste voltou a ser de 3%, devido a celebração de acordo com o Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021).

## Outorga variável - Curação Airport (CAP)

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 16% sobre a receita aeronáutica e não aeronáutica.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 12.089 (R\$ 11.768 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021).

### Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de Pis e COFINS.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.782.

# Outorga variável - ViaMobilidade

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.327 (R\$ 2.484 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021).

# b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	30/09/2022	31/12/2021
AutoBAn (c)	3.267.062	401.148
RodoAnel Oeste (a)	461.319	438.393
SPVias (c) (g)	1.328.537	426.087
ViaLagos	66.718	57.144
ViaOeste (d)	1.659.441	893.126
MSVia (e)	6.498	19.854
BH Airport (a) (b)	178.490	159.356
ViaQuatro (a)	2.085	96.289
ViaMobilidade (a) (b)	205.139	120.527
ViaSul (f)	4.962.385	4.814.611
ViaCosteira	2.003.590	1.896.622
Bloco Sul	1.311.399	1.337.388
Bloco Central	643.647	661.030
Linhas 8 e 9 (a)	3.933.606	3.595.894
Pampulha	164.139	-
RioSP	15.465.523	
	35.659.578	14.917.469

- (a) Os valores representam 100% da concessionária.
- (b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pelas concessionárias, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista na BH Airport. Os valores estão atualizados pelo IPCA e IPC-Fipe, respectivamente, para BH Airport e a ViaMobilidade, até a data da última atualização da tarifa.
- (c) O acréscimo de valor deve-se a melhorias e ciclos adicionais de manutenção de pavimento decorrentes do Acordo Definitivo celebrado em 31 de março de 2022. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1 destas ITR.

- (d) O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM nº 25, em 31 de março de 2022. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da ViaOeste, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R\$ 2.253.945. Para melhores informações vide nota explicativa nº 1 Contexto operacional.
- (e) O valor dos compromissos de investimentos futuros contempla o previsto no Termo Aditivo nº 1.
- (f) O saldo de compromissos de investimentos futuros, em 30 de setembro de 2022, é composto por R\$ 3.823.101 referente a melhorias e R\$ 1.139.284 referente a conservação especial (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3.096.663 referente a melhorias e R\$ 1.717.948 referente a conservação especial).
- (g) Além do mencionado na letra (c), o montante também foi incrementado pela adição de novas obras decorrentes da celebração do TAM nº 21, em 28 de julho de 2022, as quais foram reequilibradas mediante aumento do prazo de concessão. Para melhores informações vide nota explicativa nº 1 Contexto operacional.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### c. Outorga Variável – saldo a pagar

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
AutoBAn	3.518	3.454
ViaOeste	1.283	1.576
RodoAnel Oeste	702	865
SPVias	1.095	1.138
CAP	4.901	7.496
BH Airport	11.147	11.201
ViaMobilidade	759	666
Pampulha	69	<u> </u>
	23.474	26.396

### d. Contribuição fixa - BH Airport

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	30/09/	/2022	31/12/2021			
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)		
Circulante	167.205	167.137	155.546	154.738		
Não circulante	2.472.801	1.900.898	2.351.584	1.748.175		
	2.640.006	2.068.035	2.507.130	1.902.913		
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)		
2022	167.205	167.137	155.546	154.738		
2023	106.770	104.708	101.536	100.114		
2024	106.770	102.182	101.536	97.445		
2025	106.770	99.768	101.536	94.896		
2026 em diante	2.152.491	1.594.240	2.046.976	1.455.720		
	2.640.006	2.068.035	2.507.130	1.902.913		

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo nº 7/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, de maio para dezembro.

A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

# 25. Segmentos operacionais

	Informações relativas a 01/01/2022 a 30/09/2022					
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado	
Receita bruta	11.542.205	2.908.659	1.543.945	3.962	15.998.771	
Receitas financeiras	331.780	215.191	54.680	1.148.527	1.750.178	
Despesas financeiras	(681.666)	(868.047)	(626.013)	(1.900.544)	(4.076.270)	
Depreciação, amortização e impairment	(996.346)	(217.154)	(247.182)	(41.794)	(1.502.476)	
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	4.823.364	443.234	221.585	(1.120.372)	4.367.811	
Imposto de renda e contribuição social	(2.539.853)	(240.452)	7.296	10.367	(2.762.642)	
Resultado de equivalência patrimonial	146.817	-	88.511	(346)	234.982	
	Informações relativas a 01/07/2022 a 30/09/2022					
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado	
Receita bruta	2.369.318	956.041	585.730	(298)	3.910.791	
Receitas financeiras	129.334	77.698	25.136	221.997	454.165	
Despesas financeiras	(260.891)	(296.086)	(145.084)	(494.701)	(1.196.762)	
Depreciação, amortização e impairment	(519.855)	(75.300)	(83.302)	(14.736)	(693.193)	
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	420.132	93.027	437.948	(309.896)	641.211	
Imposto de renda e contribuição social	(240.161)	(47.032)	(71.985)	47.099	(312.079)	
Resultado de equivalência patrimonial	102.658	-	44.180	(144)	146.694	

		Informações rela	tivas a 01/01/2021 a	a 30/09/2021	
Receita bruta	6.068.412	2.785.719	900.575	4.175	9.758.881
Receitas financeiras	94.347	307.561	31.159	713.206	1.146.273
Despesas financeiras	(410.372)	(616.891)	(301.251)	(954.703)	(2.283.217)
Depreciação e amortização	(1.947.847)	(186.948)	(238.781)	(34.530)	(2.408.106)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da					
contribuição social	767.338	973.805	(355.173)	(422.657)	963.313
Imposto de renda e contribuição social	(429.691)	(532.935)	45.387	6.732	(910.507)
Resultado de equivalência patrimonial	43.426	-	10.070	(221)	53.275
_		Informações rela	tivas a 01/07/2021 a	a 30/09/2021	
	Rodovias	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado
Receita bruta	2.142.970	587.131	365.886	795	3.096.782
Receitas financeiras	41.163	109.013	9.995	529.242	689.413
Despesas financeiras	(163.625)	(227.700)	(108.350)	(643.641)	(1.143.316)
Depreciação e amortização	(488.754)	(63.271)	(79.103)	(12.245)	(643.373)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da					
contribuição social	414.570	76.708	(141.951)	(184.737)	164.590
Imposto de renda e contribuição social	(228.670)	(50.499)	(19.646)	9.735	(289.080)
Resultado de equivalência patrimonial	15.871	-	15.646	(135)	31.382
_		Informações rela	tivas a 30 de setem	bro de 2022	
Ativos dos segmentos divulgáveis	22.437.061	15.580.238	11.859.996	361.812	50.239.107
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e					
controladas em conjunto	259.669	(1)	574.668	(279)	834.057
CAPEX	929.423	799.056	217.403	22.526	1.968.408
Passivos dos segmentos divulgáveis	(10.771.382)	(11.212.333)	(6.822.100)	(8.761.558)	(37.567.373)
_			tivas a 31 de dezem		
Ativos dos segmentos divulgáveis	15.751.694	13.867.978	7.601.914	4.134.860	41.356.444
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e		_	709.045	(695)	848.100
controladas em conjunto	139.750			` '	
CAPEX	4.274.255	1.739.175	3.605.961	12.735	9.632.126
Passivos dos segmentos divulgáveis	(8.500.157)	(10.080.044)	(6.201.920)	(8.008.523)	(32.790.644)

# 26. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. As transações que não afetaram caixa, no período findo em 30 de setembro de 2022 e 2021, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora	
	30/09/2022	30/09/2021
Tributos a recuperar	(8.120)	2.312
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos	(15.445)	(10.427)
Contas a receber - partes relacionadas	(106.567)	-
Fornecedores	18	-
Impostos e Contribuições a Recolher, Parcelados e Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social	35.405	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.834	-
Outras contas a pagar	720	
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(92.155)	(8.115)
		-
Mútuos com partes relacionadas	-	241.146
Aquisição de Ativo Intangível	(584)	-
Aumento de capital em investidas e outros movimentos	(84.371)	(290.119)
AFAC - partes relacionadas	260.201	57.088
Títulos patrimoniais	(15.430)	-
Caixa líquido adquirido na incorporação da CIIS e da InfraSP	(66.941)	
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	92.875	8.115
AFAC partes relacionadas	(720)	
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(720)	-

	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Receita de reequilíbrio - AutoBAn	5.303.574	-
Tributos a recuperar	(5.617)	(5.226)
Ativo financeiro	20.257	21.663
Fornecedores - partes relacionadas	(49.516)	5.324
Fornecedores	-	1.071
Outras contas a pagar	-	2.510
Const. (Rev) e Atual. Monet da prov. para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(237.713)	-
Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	33.526	-
Baixa do investimento alienado	(40.722)	-
Baixa - Arrendamento	(14.344)	-
Contas a receber	78.109	-
Despesas antecipadas e outras	17.512	-
Fornecedores	(6.198)	-
Fornecedores - Partes Relacionadas	(107)	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(7.373)	-
Outras contas a pagar	(95.534)	_
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	4.995.854	25.342
Adições ao ativo intangível	_	(5.898)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(5.274.315)	(23.495)
Mútuos - partes relacionadas	5.617	4.051
Ativo Financeiro	237.713	-
Caixa líquido recebido na venda de participação da TAS	(46.726)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(5.077.711)	(25.342)
Participação dos acionistas não controladores	16.868	-
Mútuo com partes relacionadas	65.709	-
AFAC partes relacionadas	(720)	
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	81.857	

**b.** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

# c. Reconciliação das atividades de financiamento

# Controladora

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Arrendamentos	Total
Saldo Inicial	(1.174.942)	(6.327.893)	(11.690)	104.827	(51)	(7.409.749)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(3.337.338)	-	-	-	(3.337.338)
Pagamentos de principal e juros	480.602	2.867.179	-	-	32	3.347.813
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	91.824	-	91.824
Dividendos pagos	<u>-</u> _		176.625		<u> </u>	176.625
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	480.602	(470.159)	176.625	91.824	32	278.924
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	20.573	(725.720)	-	-	-	(705.147)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	25.966	(18.366)	-	(138.093)	-	(130.493)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(2)	(2)
Outras variações que não afetam caixa	<u>-</u> _		(165.213)		<u>-</u>	(165.213)
Total das outras variações	46.539	(744.086)	(165.213)	(138.093)	(2)	(1.000.855)
Saldo Final	(647.801)	(7.542.138)	(278)	58.558	(21)	(8.131.680)

# Consolidado

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	AFAC - partes relacionadas	Arrendamentos	Total
Saldo Inicial	(8.036.991)	(18.714.158)	(447.875)	(87.644)	(301.030)	90.042	(1.916)	(172.809)	(27.672.381)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Captações (líquidas dos custos de transação)	(878.495)	(4.943.395)	884	-	-	-	-	-	(5.821.006)
Pagamentos de principal e juros	1.632.534	4.215.413	-	-	-	-	-	36.296	5.884.243
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	99.885	-	-	99.885
Dividendos pagos	-	-	-	180.745	3.136	-	-	-	183.881
Participação dos acionistas controladores					(38.806)				(38.806)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	754.039	(727.982)	884	180.745	(35.670)	99.885	-	36.296	308.197
Outras variações									
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(447.065)	(1.982.348)	(60.791)	-	-	-	-	-	(2.490.204)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	25.966	1.702	-	-	-	(194.288)	-	-	(166.620)
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	105.619	105.619
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	-	(6.619)	(6.619)
Outras variações que não afetam caixa	24.152		13.665	(157.290)	(756)			1.134	(119.095)
Total das outras variações	(396.947)	(1.980.646)	(47.126)	(157.290)	(756)	(194.288)	-	100.134	(2.676.919)
Saldo Final	(7.679.899)	(21.422.786)	(494.117)	(64.189)	(337.456)	(4.361)	(1.916)	(36.379)	(30.041.103)

### 27. Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência

Neste período de nove meses não ocorreram mudanças nos temas relacionados ao Termo de Autocomposição e ao Acordo de Leniência, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

Quanto ao Programa de Incentivo à Colaboração, o saldo a pagar em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 14.245 (R\$ 27.891 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos no período de nove meses, que será liquidado até novembro de 2023.

Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia incorreu em despesas de R\$ 1.391 relativas a reembolso aos participantes e pagamento do saldo remanescente de penas pecuniárias no montante R\$ 218.

#### 28. Eventos subsequentes

# • Aquisição de participação - VLT Carioca

Em 22 de outubro de 2021, foi celebrado contrato para transferência da totalidade das ações detidas pela Riopar no VLT Carioca à controlada CIIS (incorporada pela Companhia), bem como para cessão à Companhia da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Riopar em face da concessionária, relativos aos mútuos por ela concedidos.

Em 5 de outubro de 2022, após a satisfação das condições precedentes, a transação foi concluída, sendo transferida para a Companhia a totalidade das ações detidas pela Riopar no VLT Carioca, equivalente a 3,0157% de seu capital social, passando a Companhia a deter 93,8264% do capital social da concessionária. O ganho desta transação será reconhecido no patrimônio líquido, no montante de R\$ 18.853.

Adicionalmente, a Companhia passou a deter também a totalidade dos direitos creditórios dos mútuos com o VLT Carioca, detidos pela Riopar, cujo ganho será reconhecido no patrimônio líquido, no montante de R\$ 164.390.

#### • Dividendos - CCR

Em 27 de outubro de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição de dividendos intermediários de 2022 no montante de R\$ 591.582. Os dividendos terão data de início de pagamento em 30 de novembro de 2022.